

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Bianca Soares Cunha

**O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA  
MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre  
2016

Bianca Soares Cunha

**O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA  
MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Bacharel em  
Biblioteconomia, pela Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação, da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Rocio  
Fontoura Teixeira

Porto Alegre

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-Diretor: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Prof. Dr. Moisés Rockembach

Chefe-Substituto: Prof. Dr. Valdir José Morigi

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Coordenador: Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Souza

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Jackson da Silva Medeiros

**CIP - Catalogação na Publicação**

Cunha, Bianca Soares

O comportamento informacional dos magistrados da  
Justiça Militar do Rio Grande do Sul / Bianca Soares  
Cunha. -- 2016.

71 f.

Orientadora: Maria do Rocio Fontoura Teixeira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de  
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Comportamento Informacional. 2. Biblioteca  
jurídica especializada. 3. Magistrados do Estado do  
Rio Grande do Sul. I. Teixeira, Maria do Rocio  
Fontoura, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Departamento de Ciências da Informação**

Rua Ramiro Barcelos, 2705, Bairro Santana

CEP: 90035-007 - Porto Alegre – RS

Telefone: (51) 3308-5067

E-mail: fabico@ufrgs.br

Bianca Soares Cunha

**O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA  
MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Bacharel em  
Biblioteconomia, pela Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação, da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Rocio Fontoura Teixeira  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helen Rose Flores de Flores  
Examinadora

---

Bel. Francine Feldens  
Examinadora

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao ser celestial que permitiu minha caminhada para concretizar este momento tão gratificante da minha vida. Agradeço a minha família, pelo apoio de sempre, em especial a minha mãe Marta, ao meu pai Ivan, meu presente de Deus Davi, que sempre me apoiaram e ajudaram. Ao meu amor Evaldo, por todo amor, carinho e paciência.

*O saber não nos torna melhores nem  
mais felizes. Mas a educação pode  
ajudar a nos tornarmos melhores,  
se não mais felizes, e nos ensinar a  
assumir parte prosaica e viver a  
parte poética de nossas vidas.*

*(Edgar Morin)*

## RESUMO

Esta monografia tem como objetivo verificar o comportamento informacional dos magistrados da Justiça Militar do Rio Grande do Sul, bem como as suas necessidades, a unidade de informação é uma biblioteca jurídica especializada, pertencente ao Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. A Biblioteca Professor Fernando da Silva Bastos atende aos juízes, bem como aos demais integrantes da corporação, razão pela qual o trabalho desenvolveu-se com o intuito de conhecer as necessidades informacionais e as demandas dos magistrados. A pesquisa foi realizada através de um questionário semiestruturado, respondido pelos magistrados. Os gráficos apresentam o perfil dos magistrados, suas necessidades, comportamento informacional e demandas. Levando-se em consideração o grande volume de informações jurídicas é de suma importância que as mesmas sejam selecionadas previamente para composição do acervo.

**Palavras-chave:** Comportamento Informacional. Biblioteca jurídica especializada. Magistrados do Estado do Rio Grande do Sul.

## RÉSUMÉ

Cette monographie vise à vérifier le comportement de l'information des juges de la justice militaire du Rio Grande do Sul, ainsi que leurs besoins, l'unité d'information est une bibliothèque de droit spécialisé, appartenant à la Cour de Justice Militaire du Rio Grande do Sul. La Bibliothèque Professeur Fernando da Silva Bastos rencontrer les juges et les autres entreprises membres, ce qui est la raison pour laquelle le travail a été développé afin de répondre aux besoins et aux demandes des juges d'information. Compte tenu du volume important d'information juridique est d'une importance primordiale qu'ils sont pré-sélectionnés pour la collecte de la composition.

**Mots-clés:** Comportement Informationnel. Bibliothèque Juridique Spécialisée. Les Magistrats du Rio Grande do Sul.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Prévia do organograma do Tribunal Militar	20
Figura 2	Estatística de uso do ano de 2015	23

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Faixa etária dos sujeitos da amostra	47
<b>Gráfico 2</b>	Curso de pós-graduação	47
<b>Gráfico 3</b>	Curso de aperfeiçoamento profissional	48
<b>Gráfico 4</b>	Área de atuação anterior à magistratura dos respondentes	49
<b>Gráfico 5</b>	Busca da informação dos sujeitos da amostra	49
<b>Gráfico 6</b>	Fontes utilizadas pelos sujeitos da amostra	50
<b>Gráfico 7</b>	Recursos utilizados pelos sujeitos da amostra	51
<b>Gráfico 8</b>	Realização das pesquisas pelos sujeitos da amostra	52
<b>Gráfico 9</b>	Utilização da BPFBSB	53
<b>Gráfico 10</b>	Finalidade da utilização da BPFBSB	53
<b>Gráfico 11</b>	Frequência de utilização da BPFBSB	54
<b>Gráfico 12</b>	Conhecem os produtos e serviços da BPFBSB	55
<b>Gráfico 13</b>	Utilizam os produtos e serviços da BPFBSB	56
<b>Gráfico 14</b>	Solicita auxílio para buscar informação	57
<b>Gráfico 15</b>	Utilização do <i>Pergamum</i> para acessar o catálogo da BPFBSB	57

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AJURIS	Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BM	Brigada Militar
BPFSB	Biblioteca Professor Fernando da Silva Bastos
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DOE/RS	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul
DP	Defensoria Pública
DSI	Disseminação Seletiva da Informação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MP	Ministério Público
NIPEEB	Núcleo de Informação, Pesquisas e Estudos de Educação Bibliotecária
RDBM	Regulamento Disciplinar da Brigada Militar
SABi/UFRGS	Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCE/RS	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
TJM/RS	Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
1.1	IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA	14
1.1.2	<b>Problema</b>	<b>14</b>
1.1.3	<b>Justificativa</b>	<b>14</b>
1.2	OBJETIVOS	15
1.2.1	OBJETIVO GERAL	15
1.2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
<b>2</b>	<b>CONTEXTO DO ESTUDO</b>	<b>16</b>
2.1	O TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	16
2.2	BIBLIOTECA PROFESSOR FERNANDO DA SILVA BASTOS	18
2.2.1	<b>Objetivo</b>	<b>19</b>
2.2.2	<b>Organograma</b>	<b>19</b>
2.2.3	<b>Pessoal</b>	<b>20</b>
2.2.4	<b>Produtos e serviços</b>	<b>21</b>
2.2.5	<b>Constituição do acervo</b>	<b>22</b>
2.2.6	<b>Os usuários</b>	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>REFERÊNCIAL TEÓRICO</b>	<b>26</b>
3.1	BIBLIOTECA JURÍDICA	26
3.2	FONTES DE INFORMAÇÃO ESPECIALIZADA	28
3.2.1	<b>Fontes de informação jurídica</b>	<b>30</b>
3.3	COMPORTAMENTO INFORMACIONAL	31
3.3.1	<b>Usuários da informação jurídica</b>	<b>34</b>
3.3.2	<b>Necessidade de informação</b>	<b>36</b>
3.3.3	<b>Busca da informação</b>	<b>38</b>
3.3.4	<b>Uso da informação</b>	<b>39</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>41</b>
4.1	TIPO DE PESQUISA	41
4.2	CAMPO DE ESTUDO	43
4.2.1	<b>Sujeitos do estudo</b>	<b>43</b>
4.3	COLETA DE DADOS	44
4.4	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	45

4.5	ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	45
5	<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS</b>	<b>46</b>
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>60</b>
	<b>ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA</b>	<b>66</b>
	<b>APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS</b>	<b>67</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A biblioteca jurídica possui peculiaridades, tendo em vista a necessidade dos usuários e o crescente volume de informações físicas e virtuais, além de bases de dados e vasta legislação. Além disso, o grande volume de informações publicadas, principalmente na área jurídica e a velocidade com que se tornam obsoletas, é de suma importância que o profissional de uma biblioteca especializada utilize os métodos disponíveis para conhecer seu usuário. O estudo tem como finalidade auxiliar o profissional bibliotecário na tomada de decisões, através do estudo de caso dos usuários com o objetivo de definir as necessidades e a forma como a busca será encaminhada para posterior uso das informações.

Levando-se em consideração que a difusão da informação é essencial para a consolidação do conhecimento, primordial para a evolução científica e estudos das áreas Humanas, torna-se prioritário o processo de seleção da informação jurídica.

Tratando-se de Justiças Militares, a Constituição de 1934 previa a existência das mesmas, mas sem especificar suas finalidades e não subordinada ao Poder Executivo, já em 1946 a Constituição foi consolidada e conseqüentemente a criação das Justiças Militares nos estados. Com início da Ditadura Militar foi promulgada a Constituição de 1967 onde era autorizado o funcionamento dos tribunais. Em 1977, durante o Pacote de Abril, foi decidido que permaneceriam em funcionamento somente os tribunais existentes e consolidados até o ano de 1967, dos quais permaneceram os Tribunais de Justiça Militar dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A pesquisa tem como objetivo identificar as áreas de interesse, bem como as fontes mais utilizadas pelos magistrados da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. A seguir são apresentados a justificativa, o problema de pesquisa, os objetivos, o referencial teórico, a metodologia, a análise e interpretação dos dados, autorização de entrevista (ANEXO A) e o instrumento de coleta de dados (APÊNDICE A).

## 1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

Neste item será apresentado o problema e a justificativa que motivam este estudo.

### 1.1.2 Problema

Qual é o comportamento e as necessidades informacionais dos magistrados atuantes na Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul?

### 1.1.3 Justificativa

A principal motivação para realizar uma pesquisa nesta área deve-se ao fato de que as Bibliotecas Militares possuem particularidades, são Jurídicas e especializadas, porém o enfoque é a Legislação Militar. Tendo em vista que os cursos de Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais não possuem como disciplina obrigatória o Direito Penal Militar ou o Direito Processual Penal Militar, ou seja, o enfoque para estas bibliotecas é mínimo, pois que surge a necessidade da pesquisa.

As Bibliotecas Militares têm como característica o acervo especializado na área de Direito e com vistas à Legislação Militar, sendo que os militares possuem um regramento próprio e nos casos de crime respondem tanto na esfera penal ou cível quanto na militar.

A aproximação do assunto está relacionada com a área profissional da Segurança Pública e a falta de estudos de necessidades informacionais nos Tribunais Militares Estaduais. A aluna reconheceu esta necessidade após realizar o Estágio Curricular Obrigatório na Biblioteca do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (TJM/RS), além disso, a proximidade do assunto por ser Policial Militar e saber o quão importante é que a informação seja pertinente, confiável e disponibilizada em tempo hábil, tendo em vista que todos os procedimentos disciplinares militares remetidos ao Tribunal serão julgados por estes magistrados.

Durante as buscas realizadas na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) foi possível verificar que existem inúmeros estudos sobre acesso aos documentos durante o período da ditadura militar, necessidades informacionais nos Tribunais de Justiça tanto estadual, quanto

federal e de outros órgãos governamentais. Porém, não foram encontradas teses, dissertações ou artigos que tratassem especificamente de um Tribunal Militar Estadual de acordo com o comportamento e as necessidades informacionais dos seus magistrados. Durante a pesquisa realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram encontrados diversos artigos tratando de tribunais e questões históricas relacionando estes ao Regime Ditatorial. Na base de dados do Núcleo de Informação, Pesquisas e Estudos de Educação Bibliotecária (NIPEEB) não foram localizados trabalhos e/ou livros relacionados ao tema. A consulta à base de dados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) também restou infrutífera, bem como a consulta ao Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em razão das particularidades da biblioteca especializada com enfoque na Legislação Militar e a falta de estudos nesta área, surge a necessidade de explorar e identificar as necessidades informacionais dos usuários bem como seu comportamento, quais as particularidades desta unidade informacional e como são realizadas as pesquisas.

## 1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral e os específicos serão apresentados a seguir.

### 1.2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o comportamento e as necessidades informacionais dos magistrados da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

### 1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever as fontes de informação disponíveis na Biblioteca do TJM/RS;
- b) Verificar como são realizadas as pesquisas dos magistrados;
- c) Identificar qual a finalidade das pesquisas;
- d) Analisar como a biblioteca do TJM/RS atende as demandas dos magistrados.



## 2 CONTEXTO DO ESTUDO

O presente trabalho foi desenvolvido com os magistrados da Justiça Militar do Rio Grande do Sul.

### 2.1 O TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Justiça Militar, segundo site do TJM, se estabeleceu no Rio Grande do Sul anteriormente a Justiça Comum, tendo chegado ao estado em 1837 a bordo da expedição militar de Silva Paes.

O atual Superior Tribunal Militar baseou-se no Conselho de Justiça Supremo Militar, primeiro órgão de Justiça Militar a operar no Brasil. A criação do Conselho de Justiça Supremo Militar por Dom João VI, data de 1808, quando da vinda da família real portuguesa para o Brasil. (RIO GRANDE DO SUL, TJM, 2003).

Por sua vez, a Brigada Militar originou-se da Guarda Cívica, primariamente denominada de Corpo Policial da Província. Suas atribuições consistiam em garantir o policiamento urbano, bem como a proteção do território, recebendo instrução militar. (RIO GRANDE DO SUL, TJM, 2003).

De modo a garantir a disciplina da Força Pública se instituiu então a Justiça do Corpo Policial. Segundo a Lei Estadual nº 148 de 1848 o Presidente da Província deduziria do Código da Armada os princípios aplicáveis à manutenção da disciplina. Em 1857, foi criado o Conselho de Disciplina e instituído como órgão revisor a Junta Superior. Em 1876, foi extinta a Junta Superior, passando a ser a instância revisora das decisões de primeiro grau o próprio Presidente da Província. Em 1893 se institui o Conselho de Julgadores na primeira instância, reservando o grau recursal para o Presidente da Província. No mesmo ano, se fixou o Tribunal de Justiça como instância recursal das decisões do Conselho. (RIO GRANDE DO SUL, TJM, 2003).

Em 1917 se firmou entre União e Estados um convênio, tornando as Brigadas Estaduais forças auxiliares do Exército. No mesmo ano se autorizou o julgamento dos oficiais e das praças policiais, nos crimes propriamente militares, por elementos de ambas as corporações. Somente em 1926, o direito Penal Militar Brasileiro passou a ter autonomia em relação ao Código da Armada. (RIO GRANDE DO SUL, TJM, 2003).

A Constituição Federal de 16 de julho de 1934 estabeleceu a Justiça Militar Federal como ente do Poder Judiciário, outorgando aos seus juizes as mesmas garantias da magistratura togada. A Lei Federal nº 192, de 17 de janeiro de 1936, reorganizou as Polícias Militares dos Estados, destinando-as à manutenção da segurança pública e lhe retirando as competências militares, mas mantendo-as como forças reservas do Exército Nacional. Tal lei determinou ainda que cada Estado organizasse a sua Justiça Militar, entretanto o Rio Grande do Sul já possuía seu Conselho de Apelação desde 1918. (RIO GRANDE DO SUL, 2003, p. 18).

O Decreto-Lei nº 47, de 19 de novembro de 1940, fixou a Lei Orgânica da Justiça Militar do Estado, convertendo o Conselho de Apelação em Corte de Apelação, atribuindo aos seus membros garantias de magistrados e reprimindo as interferências do Comando-Geral da Brigada nos julgamentos. Na instância de primeiro grau, foram instituídos dois Conselhos: o Especial, para julgar oficiais, e o Permanente, para julgar as praças (entende-se por praças soldados, cabos e sargentos). Junto aos Conselhos funcionava um Juiz-Auditor e o Ministério Público. (RIO GRANDE DO SUL, 2003, p. 18).

O Decreto-Lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969, instituiu o Código Penal Militar, Código de Processo Penal Militar e a Lei de Organização Judiciária Militar, abandonando o uso do Código Penal Militar, de 24 de janeiro de 1944, já obsoleto.

A Constituição Estadual de 14 de maio de 1967 estabeleceu a transferência da jurisdição de segundo grau da Corte de Apelação para o Tribunal de Justiça, no entanto, devido discussões sobre sua inconstitucionalidade a medida não chegou a ser implementada. (RIO GRANDE DO SUL, TJM, 2003).

Por sua vez a Constituição Federal de 17 de outubro de 1969 determinou aos Estados que votassem novas Constituições. Tal constituição também determinou a limitação da Justiça Militar dos Estados à primeira instância, a exceção dos estados em que já houvesse Cortes Recursais antes de 15 de março de 1967, ou seja, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. (RIO GRANDE DO SUL, TJM, 2003).

Sobre a Justiça Militar estadual Axt ressalta que:

Pouco conhecida pela sociedade em geral e nem sempre compreendida, ela carrega uma notável especificidade. Não apenas por ser a mais antiga do gênero no Brasil, mas também porque a jurisdição militar estadual de segundo grau se faz ativa, além do Rio Grande do Sul, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Sua

existência está diretamente relacionada a nossa Brigada Militar. (AXT, 2006, p. 17).

Em 1º de fevereiro de 1980, o Código de Organização Judiciária do Estado fixou a composição do Tribunal Militar em sete juízes, quatro militares e três civis, todos nomeados pelo Governador. A Lei nº 7.706/82 determinou que, obrigatoriamente, um dos juízes civis fosse escolhido dentre os Juízes-Auditores. Em 1982, foi instalada a quarta Auditoria, com sede em Porto Alegre. (RIO GRANDE DO SUL, TJM, 2003).

Durante a Constituinte Federal de 1988, se propuseram emendas que visavam à extinção das Justiças Militares, Federal e Estadual. Sendo assim a Constituição Federal de 1988 manteve a Justiça Militar nos Estados onde o contingente militar superasse vinte mil integrantes. Concomitantemente sua competência foi ampliada, sendo restabelecida a possibilidade de processar e julgar policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei, e decidir ainda sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. (RIO GRANDE DO SUL, TJM, 2003).

## 2.2 BIBLIOTECA PROFESSOR FERNANDO DA SILVA BASTOS

A Biblioteca Professor Fernando da Silva Bastos (BPFBSB), localiza-se no interior do prédio do TJM/RS, sito à Avenida Praia de Belas, 799 - Porto Alegre/RS. A Biblioteca prestou homenagem ao antigo Oficial Revisor desta Corte, Professor Fernando, segundo Nunes:

Nascido em 30 de janeiro de 1929, o professor Fernando da Silva Bastos, do Quadro de Carreira do Magistério da Secretaria de Educação, formado em Ciências Jurídicas e Sociais e em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, passou à disposição do Tribunal Militar do Estado em outubro de 1980. A partir dessa data, vários foram os ofícios encaminhados à Secretaria de Educação e Cultura solicitando prorrogação do prazo de permanência na Corte do professor Fernando, que já era responsável pelo Núcleo da Revista de Jurisprudência [...]. Aposentado do magistério estadual em 1989, foi naquele mesmo ano, nomeado para exercer as funções de Oficial Revisor do Quadro de Pessoa dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado. (NUNES, 2010, p. 44).

Em 2001 faleceu o professor Fernando, mas sua contribuição ficou como legado para o TJM/RS através da homenagem prestada ao profissional dedicado que tanto contribuiu para a instituição.

A Biblioteca oferece aos usuários diversos serviços, tais como: pesquisa e levantamento bibliográfico no catálogo da biblioteca e/ou acervo de outras instituições, orientação para a normalização de documentos como trabalhos acadêmicos e artigos científicos, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O acervo é composto por livros técnicos, periódicos, CDs-rom, diários oficiais, obras raras e de referência.

Na página do TJM/RS há informações que a Biblioteca da instituição teve sua origem oficial em 1972, no antigo Regulamento da Corte de Apelação. Entretanto, acredita-se que a unidade já existia desde 1940, quando houve a promulgação do Decreto-Lei 47 que reorganizou a Justiça Militar do Estado e transformou o Conselho de Apelação em Corte de Apelação. A Biblioteca visa oferecer eficiência e qualidade nos produtos e serviços prestados aos integrantes do TJM/RS e aos cidadãos. Conforme o Regulamento aprovado pela Resolução nº 58, de 10 de novembro de 2008, a Biblioteca destina-se ao atendimento prioritário das necessidades da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, no exercício das suas atividades jurisdicionais e administrativas.

### **2.2.1 Objetivo**

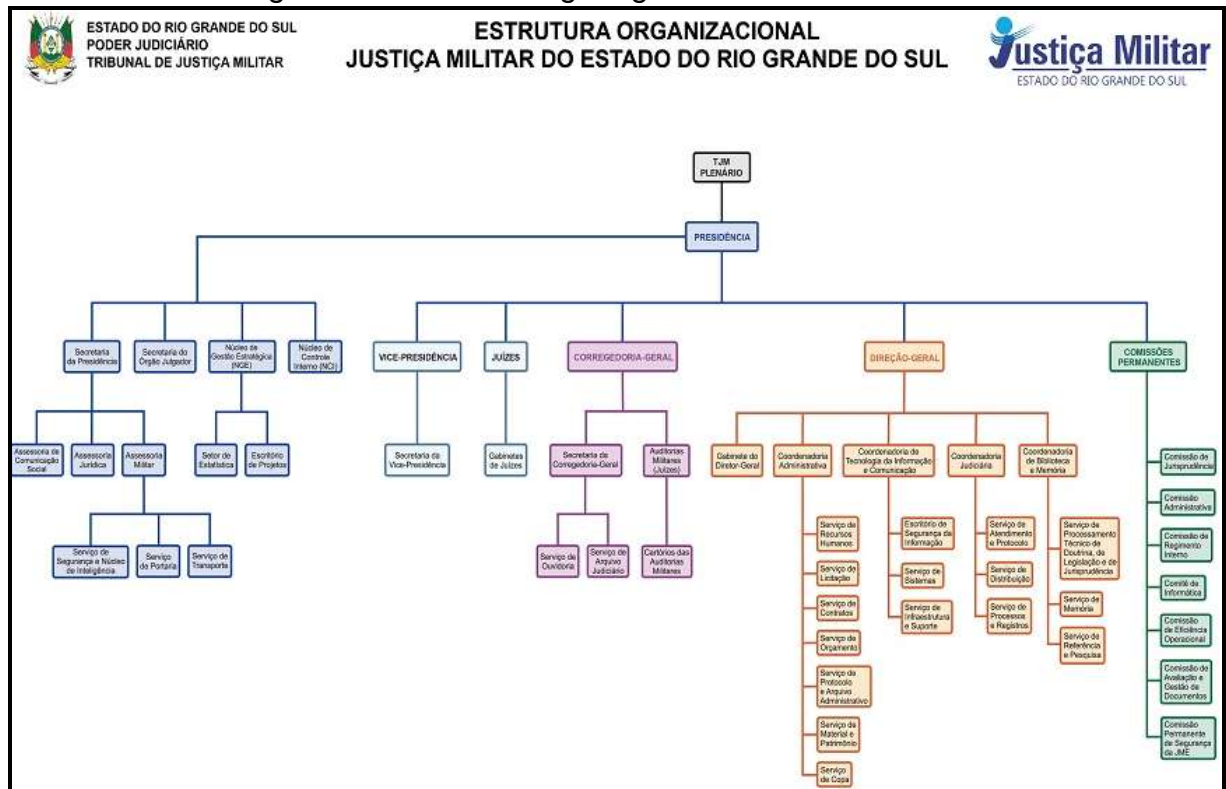
A Biblioteca do TJM/RS destina-se ao atendimento prioritário das necessidades da Justiça Militar do Estado, no exercício das suas atividades jurisdicionais e administrativas, ou seja, prestar jurisdição militar estadual, realizando justiça de maneira imparcial e célere, contribuindo para a paz social de maneira a ser reconhecida pela sociedade como exemplo de justiça especializada, essencial, célere e efetiva no controle jurisdicional da ação policial militar. (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

### **2.2.2 Organograma**

Em uma das ramificações da Presidência do TJM/RS está a Direção Geral, a qual a BPFBSB é subordinada através da Coordenadoria de Biblioteca e Memória,

onde consta no organograma o Serviço de Processamento Técnico, Serviço de Memória, de Referência e Pesquisa.

Figura 1 - Prévia do organograma do Tribunal Militar



Fonte: Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, 2016.

A Biblioteca utiliza o mesmo organograma que o TJM/RS, a subordinação da biblioteca é meramente organizacional, de forma que os assuntos de urgência ou autorizações são tratados diretamente com a Presidência do TJM/RS.

### 2.2.3 Pessoal

Atualmente a Biblioteca do TJM/RS conta com 5 pessoas para seu devido funcionamento, sendo uma servidora Bibliotecária Pesquisadora - Judiciária Classe R e quatro estagiárias, duas com funções relativas à rotina da biblioteca e duas ligadas ao Serviço de Memória.

#### 2.2.4 Produtos e serviços

Além do costumeiro serviço de empréstimo, devolução e consulta local, os livros podem ser retirados por quinze dias e periódicos por sete dias, no caso de servidores; caso haja demanda do público externo, o empréstimo é feito por três horas mediante apresentação e recolhimento de identificação, há o serviço de Disseminação Seletiva de Informações (DSI), que é um dos serviços personalizados oferecidos pela biblioteca do TJM/RS, o mesmo consiste na leitura, seleção e disponibilização de informações focadas nas atividades jurisdicionais desenvolvidas pelos membros da Justiça Militar do Estado do RS e nas atividades administrativas da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar do RS. A DSI compreende a disseminação dos atos do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), dos atos do Diário Oficial do Estado (DOE/RS), dos Informativos do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos Informativos do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Biblioteca também possui o serviço de cadastro de usuários e pesquisa bibliográfica.

Alguns dos produtos e serviços oferecidos pela BPFBSB aos usuários são:

- a) livros, periódicos e mídias diversas com temas e doutrinas, a maioria relacionada ao Direito e suas vertentes;
- b) a confecção e envio de listagem de livros adquiridos;
- c) a confecção e o envio mensal de um sumário de periódicos com suas respectivas doutrinas;
- d) a disponibilização do DOE/RS para consulta local;
- e) a disponibilização de Informativos no site oficial do TJM/RS;
- f) cópia e arquivamento de documentos importantes para o Tribunal;
- g) a confecção da Revista Justiça Militar e Memória;
- h) consulta e empréstimo local;
- i) empréstimo domiciliar;
- j) renovações de materiais;
- k) orientação bibliográfica;
- l) empréstimo entre bibliotecas;
- m) assessoria na aquisição de material bibliográfico.

### 2.2.5 Constituição do acervo

O acervo da unidade é composto por: livros, periódicos, cds-rom, diários oficiais (Diário da Justiça do Estado, DOE/RS e Diário da Justiça da União), obras raras, de referência (dicionários bilíngues e jurídicos) e coletâneas de legislação. A coleção também inclui doutrina em outras línguas como francês, espanhol e italiano, embora a maioria seja em português. As coleções abrangem principalmente obras das áreas de Direito Penal, Processo Penal, Direito Administrativo e Constitucional, além do Direito Penal Militar e Processual Penal Militar.

A catalogação é de suma importância para propiciar o acesso à informação, ou seja, o objetivo é facilitar o processo de busca através da descrição física do material e informações pertinentes: autor, título, editora, local, ano, volume, página e demais informações necessárias, de acordo com Leiva:

O conceito de armazenamento com as tecnologias atuais se modificou, pois os novos documentos digitais propiciam acesso ao texto sem que seja necessária a indexação. Entretanto, os serviços de indexação continuam a existir comprovando que a organização e representação do conhecimento são importantes para a recuperação da informação, principalmente no mundo científico e tecnológico, uma vez que é necessária a especificidade na seleção de conteúdos alterou o comportamento informacional no acesso e recuperação exigindo novas formas de orientação de acesso à informação. (LEIVA, 2012, p. 20).

A seguir são descritas as características do sistema de indexação da biblioteca:

- a) a biblioteca indexa por extração, ou seja, palavras ou expressões que realmente ocorrem no documento são selecionadas para representar o seu conteúdo temático;
- b) a biblioteca indexa por exaustividade. O indexador poderá atribuir ao documento quantos termos ele achar necessário para representar o documento. Para que ocorra uma recuperação eficiente e rápida, o grau de exaustividade é elevado ao realizar a indexação;
- c) a biblioteca indexa por especificidade, ou seja, o documento é indexado a partir do termo mais específico possível que o abranja. Por se tratar de uma biblioteca especializada, o grau de especificidade é alto ao realizar a indexação;

- d) a biblioteca possui controle de vocabulário desenvolvido pela equipe, de acordo com a especificidade do assunto;
- d) é informatizado, através do Software *Pergamum*;
- e) o tempo de resposta é variado, depende da rede e do material.

A BPFBSB realiza atividades de expedição e de indexação dos acórdãos não publicados na Revista de Jurisprudência Militar. A expedição do referido periódico possibilita a biblioteca a manutenção de seu serviço de permuta, qual seja, troca da revista produzida pela instituição pelos periódicos produzidos por outras instituições que interessem à incorporação ao acervo da biblioteca. Através da permuta é possível manter intercâmbios importantes com algumas instituições.

A estatística de uso é utilizada para que seja possível medir a circulação de materiais por categoria do usuário dá-se de forma quadrimestral e é classificada entre os magistrados e os funcionários, de tal maneira que os materiais são classificados em empréstimo normal e especial. O empréstimo normal é realizado com prazo de empréstimo de sete dias e o especial é considerado com prazo máximo de três horas.

Figura 2 – Estatística de uso do ano de 2015

CATEG USUÁRIO			BIBLIOTECA			TIPO EMPRÉSTIMO			CLASSIFICAÇÃO							
									0			3			6	
									Emp.	Dev.	Ren.	Emp.	Dev.	Ren.	Emp.	Dev.
1-Magistrado	3-Tribunal de Justiça Militar - Biblioteca	Empréstimo especial	0	0	0	39	39	0	0	0	0	39	39			
		Normal	0	0	0	383	376	0	2	2	0	385	378			
		Total	0	0	0	422	415	0	2	2	0	424	417			
	Total	0	0	0	422	415	0	2	2	0	424	417				
2-Funcionário	3-Tribunal de Justiça Militar - Biblioteca	Empréstimo especial	0	0	0	471	477	0	0	0	0	471	477			
		Normal	2	3	0	1085	1085	0	0	0	0	1087	1088			
		Total	2	3	0	1556	1562	0	0	0	0	1558	1565			
	Total	2	3	0	1556	1562	0	0	0	0	1558	1565				
<b>Total</b>			<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1978</b>	<b>1977</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1982</b>	<b>1982</b>			

Fonte: Biblioteca Professor Fernando da Silva Bastos, 2016.



É possível inferir que o número de materiais retirados é maior entre os funcionários da Justiça Militar e deve-se ao fato do número de magistrados ser relativamente pequeno e que entre os funcionários figuram os assessores, os quais fazem diversas pesquisas para os magistrados com o intuito de auxiliar em suas decisões.

### **2.2.6 Os usuários**

Os usuários dividem-se nas seguintes categorias: magistrados, servidores da Justiça Militar e seus membros, servidores do Ministério Público (MP) e da Defensoria Pública (DP) em atuação na Justiça Militar do Estado, público externo e empréstimo entre bibliotecas. Os oficiais da Brigada Militar (BM), enquanto membros do Conselho de Justiça, são considerados usuários.

Conforme Sanz Casado (1994, p. 70) um usuário de informação é definido como o indivíduo que necessita de informação para o desenvolvimento de suas atividades; posto que a necessidade de informação seja calcada na falta de algo, naquilo que o indivíduo ou grupo de pessoas precisa para desenvolver seu trabalho, atividade.

Os magistrados, os membros do MP e da DP atuantes na Justiça Militar, podem credenciar servidores ou estagiários para retirarem obras em seu nome, preenchendo formulário próprio e responsabilizando-se pelo empréstimo. Há também a possibilidade de empréstimo permanente para as unidades administrativas e os gabinetes dos magistrados.

Os usuários de bibliotecas jurídicas são: os advogados, juízes, juristas, legisladores, professores, estudantes de Direito e o cidadão comum, no qual compõe o campo de usuários característicos dos serviços de uma biblioteca jurídica, como explicitado:

O usuário é um elemento fundamental de todos os sistemas de informação, pois a única justificativa das atividades destes sistemas é a transferência de informações entre dois ou mais interlocutores distantes no espaço e no tempo. Esses autores acrescentam que o usuário deve ser a base da orientação e da concepção das unidades e dos sistemas de informação, a serem definidos em função de suas

características, de suas atitudes, de suas necessidades e de suas demandas. (GUINCHAT; MENOUE, 1994, p. 482).

Os usuários de informação jurídica têm características próprias e especificidades em relação à pesquisa e informação, sendo que os tipos de informação que buscam são: as doutrinas, leis e jurisprudências. Por isso faz-se necessário a aquisição de obras direcionadas, atualizadas e pertinentes para a área.

### 3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

A seção apresenta o referencial teórico, onde o presente trabalho terá como base a citação de renomados autores, tais como: Choo, Vergueiro, Edilenice Passos, Grogan, Saracevic, Le Coadic e Sanz Casado. Conhecidos pelo interesse na área de estudos de usuários, necessidade e comportamento informacional, serviço de referência, bem como na área de informação especializada.

#### 3.1 BIBLIOTECA JURÍDICA

As Ciências Jurídicas e Sociais produzem grande quantidade de documentos para apoiar profissionais e estudantes do meio. Por esse motivo, acabam sendo necessárias medidas para controlar essa explosão de informações, como por exemplo: levantamento e controle do acervo, para que o mesmo se mantenha atualizado, visando um auxílio na pesquisa e trabalhos dos usuários de uma biblioteca jurídica. Juntamente com o controle informacional, é necessário também um profissional capacitado para que essas informações sejam tratadas e disponibilizadas de maneira correta, objetivando eficiência nos serviços prestados e a satisfação do usuário após a realização da busca, segundo Vergueiro:

[...] bibliotecas especializadas ou de empresas o ponto primordial para a seleção, segundo tudo indica, é que o material esteja relacionado diretamente com os objetivos da instituição mantenedora da biblioteca. A escolha, neste caso, passa de seletiva a exaustiva – por mais paradoxal que isto seja – sendo que, em última análise, virtualmente tudo que está dentro da área de interesse da empresa ou instituição, esteja em formato que estiver, interessa à biblioteca. (VERGUEIRO, 1989, p. 43).

Em uma biblioteca especializada na área do Direito, as principais fontes de informação contidas no local são: livros, periódicos especializados, trabalhos técnicos e científicos, relatórios, bases de dados e outras fontes que se adequam aos propósitos da instituição. De acordo com Frazão (2008, p.12), as bibliotecas jurídicas “[...] são fundamentais para a tomada de decisões com confiabilidade, constituindo-se no subsídio estratégico à ação jurídica [...].”

A especificidade da biblioteca jurídica se dá pelas características da comunidade que a frequenta, em outras palavras, o serviço que a mesma oferece

flui conforme os princípios que a organização e/ou instituição apresenta. E qualquer formato ou suporte documental que a biblioteca possua, o local deve tratar e organizar a informação para mediar e facilitar o futuro acesso, assim como todas as outras bibliotecas em sua essência. Portanto, Batista e Avelar definem biblioteca do setor jurídico como especializada:

As bibliotecas voltadas para o setor jurídico são consideradas um tipo de biblioteca especializada. Podem ser encontradas nos diversos órgãos governamentais, nas faculdades especializadas nas áreas do Direito e muitas se encontram em escritórios de advocacia, como a biblioteca jurídica objeto deste estudo [...]. (BATISTA e AVELAR, 2012, p. 2).

No caso de uma biblioteca especializada da área jurídica, as demandas dos usuários são assuntos relacionados ao Direito e suas vertentes e o acervo da biblioteca estudada é voltado para o Direito Penal Militar.

Segundo Ferreira e Melo (2006) “[...] biblioteca jurídica é aquela que facilita e divulga o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente. Uma biblioteca jurídica deve sempre ser”, o autor ainda elenca os seguintes tópicos:

- a) atenta às fontes de informação indiferente ao seu suporte;
- b) deve possuir um bibliotecário astuto e capaz de organizar a informação para que possa ser localizada e utilizada independentemente do seu suporte;
- c) especialista no uso de fontes jurídicas ou não.

A mesma deve sempre estar atenta às fontes de informação indiferente ao seu suporte e deve possuir um bibliotecário astuto e capaz de organizar a informação para que possa ser localizada e utilizada independentemente do seu suporte.

As Bibliotecas Jurídicas têm como pressuposto armazenar as informações, de acordo com Ferreira e Melo, relativas aos seguintes documentos:

Doutrina: suporte onde o usuário se baseia para pesquisa, compilação de entendimentos a respeito de uso de determinada matéria de cunho científico. Constitui-se por informações sobre a Ciência do Direito. Jurisprudência: é a reunião de julgamentos sobre determinado assunto, formada pela decisão dos juízes e tribunais.

Legislação: é o conjunto de leis editadas. Formada por atos normativos, leis, decretos, portarias e todos os demais tipos de normas e regulamentos. Códigos: coleção de leis. Conjunto metódico e sistemático de disposições legais relativas a um assunto ou a um ramo do direito. (FERREIRA; MELO, 2006, p. 3).

Tendo em vista o grande número de publicações na área jurídica e não somente na área Penal Militar cabe a BPFBS selecionar e incorporar ao acervo as matérias pertinentes aos servidores da Justiça Militar, atualmente diversas leis, decretos, regulamentos, estatutos e normas são necessárias para o desempenho das funções policiais militares, por exemplo: Estatuto do Desarmamento, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Regulamento Disciplinar da Brigada Militar (RDBM), Lei Maria da Penha, Código de Trânsito Brasileiro (CTB) com as devidas atualizações do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). O desconhecimento das leis não exime o policial militar da responsabilidade administrativa, ou seja, o preenchimento errôneo de documentação é passível de sanção, deste modo faz-se necessário a atualização do material e a divulgação do mesmo. Nesse contexto a BPFBS desempenha um papel de suma importância na seleção, aquisição e divulgação das obras incorporadas ao acervo.

### 3.2 FONTES DE INFORMAÇÃO ESPECIALIZADA

Além de recursos, as fontes de informação são instrumentos que podem ser utilizados diretamente ou por intermédio de um profissional da informação (VILLASEÑOR RODRIGUEZ, 1998). As fontes de informação constituem recursos que servem para satisfazer as necessidades informativas de uma pessoa, mesmo que não tenham sido criados para essa finalidade.

Conforme afirma Carrizo Sainero:

Los documentos contienen los mensajes emitidos por los distintos autores como resultado de la creación científica del propio autor del documento. Las Fuentes de Información que contengan se pueda interpretar para que se logre la función prioritaria de informar y comunicar. (CARRIZO SAINERO, 1994, p. 6).

Os canais informais são aqueles destinados a públicos restritos, com acesso limitado, veiculando informações de caráter recente:

A comunicação informal utiliza os chamados canais informais e inclui normalmente comunicações de caráter mais pessoal ou que se referem à pesquisa ainda não concluída, como comunicação de pesquisa em andamento, certos trabalhos de congressos e outras com características semelhantes [...]. (MUELLER, 2007, p. 22-23).

Os canais formais de comunicação permitem o acesso amplo, de maneira que as informações são facilmente coletadas e armazenadas: “[...] A comunicação formal se utiliza de canais formais, como são geralmente chamadas as publicações com divulgação mais ampla, como periódicos e livros [...]” (MUELLER, 2007, p. 23). Conhecidos como literatura científica, constituem os artigos de periódicos, relatórios técnicos e livros, corroborando neste sentido:

Esses conceitos estabelecidos como formal e informal vêm sendo questionados por alguns autores com as mudanças abrangentes e inovadoras causadas pela tecnologia de comunicação. Tornou-se difícil definir claramente as formas de comunicação disponíveis que vêm se modificando, diversificando e se ampliando, tornando-se mais rápidas e eficientes, superando barreiras geográficas, hierárquicas e financeiras. (MUELLER, 2007, p. 24).

Exemplo disso são as fontes disponíveis em meio eletrônico: os repositórios digitais, os portais, bancos de teses e dissertações.

Além dessas fontes disponíveis em meio eletrônico, podem ser consideradas como fontes as conferências, feiras, workshops, congressos, simpósios, seminários, dentre outros, na medida em que podem ser consideradas como fontes formais ou informais tendo em vista que seu conteúdo é primeiramente apresentado na forma oral, podendo posteriormente ser publicada como nos anais de congressos:

Portanto, pode-se inferir que independentemente do canal utilizado, a informação especializada está atrelada aos cientistas ou especialistas das mais diversas áreas do conhecimento. Trata de um tema específico destinado a uma comunidade específica, mas que, devido à globalização do conhecimento e inter-relação das grandes áreas, é utilizado por outras áreas correlatas àquela que o gerou. (SILVA, 2010, p. 23).

Cada biblioteca é única, com suas particularidades e seus usuários distintos, cada qual com uma necessidade informacional própria que deve ser tratada de forma individual.

### 3.2.1 Fontes de informação jurídica

Segundo Passos (2009, p. 94) “[...] a informação jurídica divide-se basicamente nas seguintes formas: descritiva (por meio da doutrina), normativa (pela legislação) e interpretativa (com o emprego da jurisprudência).” Ou seja, o acesso aos documentos jurídicos é de extrema relevância no caso dos magistrados, para auxiliar no desempenho de suas funções bem como sanar dúvidas:

Toda unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações do pensamento daqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais. (PASSOS, 1994, p. 363).

No âmbito do Direito as fontes jurídicas são classificadas em materiais e formais, sendo que as fontes materiais são a História do Direito, Sociologia, ética, política e costume. As fontes formais são as formas de apresentação do direito: leis, decretos, regulamentos, jurisprudência, doutrina, etc. As fontes formais são divididas em normas superiores e inferiores, a saber:

[...] representadas pelas normas superiores (leis, projetos, decretos, medidas provisórias, acordos e tratados) e inferiores (circulares, resoluções, carta-circulares, instruções, deliberações, comunicados, etc.); doutrinárias simbolizadas pelas monografias, artigos, pareceres e trabalhos apresentados em eventos; e as fontes jurisprudenciais retratadas pelas decisões dos tribunais [...]. (SILVA, 2009, p. 29).

As fontes auxiliam os operadores do direito a instrumentalizar pedidos ou decisões através de material publicado, é uma forma de embasar o que será pleiteado e/ou decidido.

Tendo em vista o exponencial crescimento de escritórios de advocacia e o valor investido nos mesmos, bem como o grande quantitativo de bacharéis em Direito, é importante ressaltar que:

As fontes de informações jurídicas dão suporte às atividades, tanto do Poder Público, quanto da iniciativa privada e têm tido um crescimento bastante acelerado. Pode-se mesmo afirmar que, no Brasil, o setor de informação jurídica é o que mais cresce e se desenvolve, sendo economicamente lucrativo. (FERREIRA; MELO, 2006, p. 6).

A reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação (leis, decretos, decretos-leis, atos, resoluções, portarias, ordens internas, circulares, exposições de motivos etc.) da jurisprudência (acórdãos, pareceres, recursos, decisões etc.) e todos os documentos oficiais a atos normativos ou administrativos, fazem parte do cotidiano de uma biblioteca especializada na área jurídica para que possam atender o seu público, sejam eles: estudantes, advogados, policiais militares, procuradores, assessores, juízes, defensores públicos ou estagiários.

A importância de um bibliotecário jurídico é de selecionar durante o processo de aquisição as obras pertinentes e atualizadas para serem incorporadas ao acervo, a Biblioteca em questão conta com uma bibliotecária formada em Ciências Jurídicas e Sociais, a mesma possui título de especialização na área, realiza cursos disponibilizados pelo TJM/RS, bem como assiste palestras disponibilizadas pelo Tribunal em convênio com a Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS).

### 3.3 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

Inicialmente a principal preocupação era identificar a frequência de retirada de materiais, visto que a investigação estava voltada para as técnicas de organização bibliográfica. A partir da década de 70 a preocupação com a aquisição informacional e o seu uso foi se desenvolvendo, de forma que foi possível realizar estudos acerca do tempo de acesso e resposta. A informação era utilizada de acordo com a facilidade de acesso e que nem sempre era a mais oportuna. Conforme CHOO (2006, p. 70) “As percepções e atitudes em relação à informação, à busca e às fontes de informação também são frequentemente analisadas para determinar as preferências e padrões de uso da informação.”

A automação de busca e recuperação da informação surge na década de 80, com certas dificuldades em determinar as necessidades informacionais dos usuários:

Os usuários são estudados enquanto seres dotados de determinado “universo” de informações em suas mentes, utilizando essas informações para pautar e dirigir suas atividades cotidianas. Uma vez que se verifica uma falta, uma ausência de determinada informação, inicia-se o processo de busca de informação [...]. Tal perspectiva permite compreender a informação inclusive numa lógica cumulativa,



à medida que novas informações se somam às anteriores no mapa mental dos indivíduos. (ARAÚJO, 2009, p. 200).

Após a constatação de que os métodos quantitativos eram insuficientes para a análise do comportamento dos usuários, passaram a interpretar qualitativamente os dados para possibilitar a implementação de sistemas de informação:

No final da década de 1990, as publicações de Wilson dão início a debates sobre a adequação do termo “comportamento informacional” para se referir aos estudos de necessidade, busca e uso da informação. (GASQUE, 2010, p. 28).

O comportamento informacional permeia os conceitos de necessidade, busca e uso, ou seja, como o indivíduo percebe suas necessidades, de que forma encontra a informação e como empodera-se da mesma. As necessidades informacionais e o comportamento dos usuários são tratados de forma que:

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais. (SARACEVIC, 1996, p. 47).

Os usuários das bibliotecas jurídicas necessitam de informações atualizadas, pertinentes e confiáveis para desenvolver suas decisões calcadas nos materiais oferecidos para o cumprimento dos seus serviços de forma eficiente.

O comportamento informacional abrange a necessidade, a busca e o uso da informação, as mesmas variam de acordo com diversos fatores, conforme Lekie, Pettigrew e Sylvain<sup>1</sup> (1996, *apud* SILVEIRA; ODDONE, 2007), podem ser definidas como:

As necessidades informacionais geralmente se originam de situações relacionadas às atividades profissionais de cada indivíduo. Mas estas necessidades não são constantes, podem ser influenciadas por vários fatores. Algumas das variáveis que determinam ou dimensionam a necessidade de informação são, por exemplo, (a) as

---

<sup>1</sup> LECKIE, G. J.; PETTIGREW, K. E.; SYLVAIN, C. Modeling the information seeking of professional: a general model derived from research on engineers, health care professionals and lawyers. *Library Quarterly*, v. 66, n. 2, p. 161-193, 1996. *Apud* MARTÍNEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2007.

relacionadas com fatores demográficos – idade, profissão, especialização, estágio na carreira, localização geográfica; (b) as relacionadas com o contexto – situação de necessidade específica, premência interna ou externa; (c) as relacionadas com a frequência – necessidade recorrente ou nova; (d) as relacionadas com a capacidade de prevê-la – necessidade antecipada ou inesperada; (e) as relacionadas com a importância – grau de urgência; (f) as relacionadas com a complexidade – de fácil ou difícil. (LEKIE, PETTIGREW E SYLVAIN, 1996, *apud* MARTÍNEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2007, p. 120).

Dentre as funções desempenhadas pelo profissional da informação está o conhecimento do seu público-alvo, pois através da delimitação de interesse será possível traçar parâmetros para a aquisição de obras e renovação de periódicos *online*, por exemplo:

Saber com exatidão qual é o público a que serão oferecidos serviços de informação, como desafio profissional, é tarefa mais complexa e vai muito além do domínio das técnicas de localização e busca. É mais difícil conhecer o público do que dominar as técnicas para organizar as informações para uso dele. A organização em si não garante nenhum resultado positivo para um centro de informação real ou virtual. (MILANESI, 2002, p. 84).

Analisando os conceitos, há um certo conflito entre comportamento informacional e estudo de usuários, advém da tradução utilizada do termo *information behaviour* em inglês e do termo *comportamento informativo* em espanhol. Segundo Cunha; Amaral e Dantas:

Acreditamos que a forma de os autores se expressarem na língua inglesa está perfeita ao considerar a concisão da própria língua. Porém, quando o termo em inglês é traduzido para o português como comportamento informacional, essa tradução parece estar gramaticalmente equivocada, levando à exclusão do usuário enquanto sujeito da ação comportamental relativa à informação. A tradução praticamente ignora o usuário como elemento humano, principal ator no ato de se informar ao identificar suas próprias necessidades de informação, ao procurar ou buscar a informação, pesquisar, usar e transferir informação. (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015, p. 7).

As questões terminológicas são interpretadas de forma distinta entre os cientistas da informação, conforme o ponto de vista de Matta:

[...] o termo seria gramaticalmente incorreto, pois falar de comportamento informacional seria dizer que é a informação que possui um determinado comportamento, o que não é o caso, pois quem possui um comportamento são os seres humanos e não a informação. (MATTA, 2010, p. 5).

Bem como alguns estudiosos argumentam que, tanto o comportamento informacional quanto o estudo de usuários tratam da conduta informativa dos usuários. Portanto, ambos têm como finalidade a busca pela informação, corroborando nesse sentido, Wilson afirma:

Comportamento informacional é a totalidade do comportamento humano em relação às fontes e canais de informação, incluindo ambas substâncias ativa e passiva de informações, busca e uso da informação. De forma que, ele inclui a comunicação face a face com os outros, bem como a recepção passiva de informações, como por exemplo: assistindo anúncios de TV, sem qualquer intenção de agir sobre a informação dada<sup>2</sup>. (WILSON, 2000, p. 50, tradução nossa).

Sempre que houver tradução de conceitos, perde-se o que é intrínseco deste, ou seja, os contextos mudam de acordo com o local, a experiência dos pesquisadores, foco das pesquisas, dentre outras razões.

### **3.3.1 Usuários da informação jurídica**

Conforme Sanz Casado (1994, p. 116), um usuário da informação é definido como o indivíduo que necessita de informação para o desenvolvimento de suas atividades; posto que a necessidade de informação seja calcada na falta de algo, naquilo que o indivíduo ou grupo de pessoas precisa para desenvolver seu trabalho, atividade.

Os estudos de usuário são desenvolvidos ao longo dos estudos biblioteconômicos, no sentido de conhecer, aprimorar e oferecer material pertinente e atual para os mesmos, por isso é necessário que os bibliotecários da área jurídica mantenham-se atualizados e sempre disponíveis a conhecer seus potenciais

---

<sup>2</sup> Information Behavior is the totality of human behavior in relation to sources and channels of information, including both active and passive information seeking, and information use. Thus, it includes face-to-face communication with others, as well as the passive reception of information as in, for example, watching TV advertisements, without any intention to act on the information given.

usuários, de modo que a divulgação do acervo e a solicitação de aquisição de materiais sejam feitas periodicamente.

Em suma, um usuário da informação é aquele que precisa da mesma informação para subsidiar suas tarefas, sejam cotidianas, pessoais ou profissionais. O usuário real, aquele que tem consciência de suas necessidades informacionais, é o que vai procurar, independentemente da fonte, a informação de que precise. Já o usuário potencial, não tendo consciência de suas necessidades informacionais, não solicitará suas demandas a qualquer fonte, uma vez que o mesmo não tem interesse em informações, tendo em vista a falta de consciência de suas próprias necessidades.

Os estudos de usuários foram categorizados anteriormente como: estudos de comunidade, estudos de perfil, de uso, entre outros. Conforme Araújo:

A principal inspiração desse modelo é a teoria de Popper, que crê na unicidade do método científico e na possibilidade de um conhecimento objetivo da realidade. Esse modelo enfatiza as percepções dos usuários em relação à sua própria ausência de conhecimento, os passos trilhados para solucionar essa ausência (em direção à informação) e o uso da informação para a execução de determinada tarefa ou problema. No lugar das caracterizações sócio demográficas, tais estudos identificam como elemento determinante do processo as percepções dos usuários acerca de sua situação e da informação. A entrada em cena dos estudos de usuários recoloca os sujeitos em perspectiva. A informação passa a ser vista como algo na perspectiva de um sujeito. (ARAÚJO, 2009, p. 200).

Sobre a área jurídica, os usuários típicos deste tipo de biblioteca são: advogados, juízes, juristas, legisladores, professores e alunos dos cursos de Direito e o cidadão comum, no qual compõe o campo de usuários característicos dos serviços de uma biblioteca jurídica, conforme Passos (2005, p. 108). Tais usuários têm características próprias e especificidades em relação à pesquisa e a informação, onde buscam as doutrinas, leis e jurisprudências.

No Repositório Digital do LUME há uma monografia sobre “O perfil do bibliotecário que atua nas bibliotecas dos Tribunais de Justiça do Brasil”, onde o autor afirma que:

A utilização de informações jurídicas é imprescindível para a efetiva atuação do bibliotecário jurídico. Esse profissional deve ser um exímio conhecedor das fontes de informação jurídica e das estratégias de busca nessas fontes, pois a consulta a fontes

especializadas constitui-se em atividade inerente a sua rotina profissional. (COSTA, 2010, p. 52).

Nesse sentido, o campo de estudos de usuários é um conjunto de estudos que tratam de analisar, qualitativa e quantitativamente, os hábitos de informação dos usuários sobre seu consumo de informação (Sanz Casado, 1994, p. 30). Ou seja, os estudos versam sobre o reconhecimento da dúvida, a necessidade de buscar a informação e como a mesma será tratada.

### 3.3.2 Necessidade de informação

A necessidade surge quando há lacunas no conhecimento de determinado indivíduo, através da necessidade e da ciência, a partir do apontamento de um problema a ser resolvido o indivíduo internaliza a necessidade e percorrerá os outros passos. Para Martínez-Silveira e Odone (2007, p. 120) as necessidades informacionais geralmente originam-se de situações relacionadas às atividades profissionais de cada indivíduo. Para Choo, a necessidade de informação deve ser analisada como:

[...] algo que emerge em múltiplos níveis enfatiza o princípio de que satisfazer uma necessidade de informação vai muito além de encontrar informações que respondam à questão expressa nas perguntas ou tópicos descritos pelo indivíduo. No nível formalizado [...] a declaração de uma necessidade não preserva as nuances ou insinuações que lhe dão colorido e corpo. (CHOO, 2006, p. 101).

A primeira fase caracteriza-se pelo reconhecimento e aceitação e a partir deste momento inicia-se a fase de ação. Ainda neste momento Taylor<sup>3</sup> (1968, *apud*, CHOO, 2006) subdivide a necessidade de informação em quatro níveis:

No nível visceral, a pessoa tem uma vaga sensação de insatisfação, um vazio de conhecimento que quase sempre é inexprimível em termos linguísticos. [...] pode tornar-se mais concreta à medida que o indivíduo obtém novas informações e sua importância cresce. Quando isso ocorre, a necessidade visceral entra no nível consciente, no qual a pessoa consegue descrever mentalmente a área de indecisão. Essa descrição mental provavelmente será feita na forma de afirmações vagas ou de uma narrativa que reflete a ambigüidade que a pessoa ainda sente. [...] quando a ambigüidade é suficientemente reduzida, a necessidade consciente passa ao nível

<sup>3</sup> R. S. Taylor, "Question-Negotiation and Information Seeking in Libraries", em *College & Research Libraries*, 29 (3), 1968. *Apud* Choo, 2006.

formalizado. [...] a descrição formal é feita sem que o usuário tenha necessariamente de considerar quais fontes de informação estão disponíveis. [...] a questão formalizada é então modificada [...] possa ser compreendida ou processada pelo sistema de informação. (TAYLOR, 1968, *apud*, CHOO, 2006, p. 100-101).

As atitudes comportamentais dos usuários variam, dependem do conhecimento prévio dos mesmos, do reconhecimento da necessidade e da atitude ativa de externar suas necessidades, conforme é explicitado:

Tais necessidades motivam o comportamento de buscas informacionais e o autor a define como uma experiência pessoal que ocorre na mente do indivíduo e não pode ser percebida por outra pessoa. Ela pode ser deduzida por meio de um comportamento ou relato daquele que precisa de informação. Quando se realiza uma busca por informação o sujeito o faz para suprir uma necessidade informacional. Tal necessidade surge quando as informações que o indivíduo possui não são suficientes para a realização de uma tarefa ou a resolução de um problema; portanto, as ações de busca e uso da informação tencionam suprir essa necessidade. (SECO; SANTOS e BARTALO, 2016. p. 48).

A necessidade informacional para ser suprida necessita ser reconhecida pelo indivíduo como útil e precisa, diminuindo assim as incertezas e inseguranças, quanto maior o nível de satisfação melhor será o uso:

Há, naturalmente, várias maneiras de descobrir o que se deseja: observação, ensaio e erro, experimento; perguntar a alguém; procurar por si mesmo. O usuário potencial que experimenta uma das três primeiras opções e consegue ser bem-sucedido deixa de ser um usuário potencial. (GROGAN, 2001, p. 52).

Em consonância com o que foi citado anteriormente, é corroborado com a afirmação de Nascimento e Weschenfelder (2002, p. 02) de que a necessidade informacional é entendida como carência de informação que o indivíduo deve suprir para realizar uma pesquisa, para sua educação e atualização, ou para uma tomada de decisão em seu desempenho profissional.

Segundo Le Coadic (1998, p. 24), a necessidade de informação está relacionada com o contexto da situação, o ambiente que o criou e o indivíduo que tenha recebido. Determina-se sociologicamente e psicologicamente. Para ele, os determinantes sociológicos tem três fontes: a organização em que o usuário está

trabalhando; disciplinas, campos ou áreas em que está posicionado, o sistema cultural em que vive.

O público, especificamente os magistrados, possuem necessidades específicas, sendo que a unidade de informação precisa atender a essa demanda de forma eficiente para que as necessidades informacionais sejam supridas e o estudo auxilie na tomada de decisões.

### **3.3.3 Busca da informação**

Através das necessidades estabelecidas o usuário centralizará sua atenção em buscar aquilo que necessita. A busca dar-se-á no momento em que o indivíduo procura a informação de maneira intencional para que seu estado de conhecimento seja modificado:

A busca da informação é o processo humano e social por meio do qual a informação se torna útil para um indivíduo ou grupo [...]. Conceitualmente, a busca da informação ocorre em três estágios: o reconhecimento das necessidades de informação, que leva à busca e depois ao uso da informação. [...]. Entretanto, uma divisão conceitual em estágios facilita a análise da estrutura e da dinâmica do comportamento de busca de informação. (CHOO, 2006, p. 99).

O processo de busca desempenha papel fundamental para alcançar o objetivo final, considerando que o usuário deve ter acesso ao que necessita, de forma que possa sentir-se satisfeito com o resultado, o que parte desde o início da busca, após o foco principal, as perguntas, delimitações do tema, processamento das informações para a possível utilização.

As práticas informacionais são observadas nas redes sociais virtuais quando os indivíduos as utilizam como canal para buscar as informações que precisam. Essas redes também podem reunir em comunidades outras pessoas que possuem necessidades informacionais semelhantes. A busca por informação é um constante processo de construção do conhecimento. Miranda (2006, p. 103) alerta que “as estruturas mentais preexistentes nas quais uma informação toma forma estão ligadas ao mundo social e organizacional no qual está inserido o usuário e que lhe fornecem condições para a construção de significados”, tendo por decorrência a construção de um novo conhecimento.

### 3.3.4 Uso da informação

O uso da informação é composto por processos cognitivos relevantes, através de atividades mentais para processar a informação adquirida, onde o indivíduo empodera-se, a partir da seleção e processamento das informações e altera seu estado de conhecimento, ou seja, através do processamento da informação é possível aprender para transformar em conhecimento, conforme Varela e Barbosa (2012, p. 157) [...] os usos da informação compreendem habilidades intelectuais como decodificação, interpretação, controle e organização do conhecimento.

De acordo com o autor Sanz Casado a interpretação de uso é:

[...] uno de los pasos del proceso de transferencia de la información más desconocido. Em este sentido, se conoce lo que um usuário solicita y obtiene de um centro de información, pero lo que, em muchos casos, no se sabe es el destino que há dado a dicha información y la utilidad que há tenido para él. (SANZ CASADO, 1994. p. 28).

A partir da seleção e coleta de determinada informação, a sua pertinência, confiabilidade e capacidade de sanar a dúvida e/ou necessidade informacional, ela será utilizada ou não. Salienta-se também que, conforme Valentim (2010, p. 17), a mesma informação pode ser usada e aplicada para outras finalidades e agregam-se valores que inicialmente a informação não possuía, ou seja, o valor da informação é mutável:

No plano conceitual é também necessário distinguir os conceitos de prática e uso. Enquanto o termo "utilização" faz referencia à maneira de um usuário em sua própria singularidade, descobre , captura e manipula um dispositivo (como um motor de busca, por exemplo) , o termo "uso" tem um significado mais amplo. (CHAUDIRON, Stéphane; IHADJADENE, Madjid, 2010, p. 3, tradução nossa)<sup>4</sup>.

O uso envolve além da seleção, o processamento da informação, onde o resultado de utilização dependerá da sua relevância, ou seja, se suprirá esta lacuna:

---

<sup>4</sup> Sur le plan conceptuel, il convient également de distinguer les notions de pratique et usage. Alors que le terme utilisation renvoie donc à la manière dont un utilisateur particulier, dans sa singularité propre, découvre, appréhende et manipule un dispositif (comme un moteur de recherche par exemple), la notion d'usage a un sens plus large.



A distinção que nos propomos sugere reservar o termo “uso” para descrever o trabalho em dispositivos, técnicos ou não, e suas interações com os usuários; o termo “prática” é reservado para caracterizar abordagens centradas em “comportamento composto” no trabalho em diferentes esferas informacionais, culturais, jornalísticas, etc. A observação das práticas, seja individual ou coletiva, necessita então a adoção de uma abordagem da ação proposta como um processo de tensão entre o conhecimento mobilizado, competências imediatas, hábitos, arte de fazer, desejo de agir, etc. (CHAUDIRON, Stéphane; IHADJADENE, Madjid, 2010, p. 4, tradução nossa)<sup>5</sup>.

A partir do momento em que o usuário recebe a informação desejada, ele tem a possibilidade de internizá-la e considera-se satisfeito a partir do momento em que a informação passa a ter significado. Ou seja, após o reconhecimento da necessidade, passa pela fase de busca e conclui o processo com o uso.

---

<sup>5</sup> La distinction que nous proposons suggère de réserver le terme d’usage pour désigner les travaux portant sur les dispositifs, techniques ou non, et leurs interactions avec les usagers; le terme de pratique sera réservé pour caractériser les approches centrées sur le «comportement composite» à l’œuvre dans les différentes sphères, informationnelles, culturelles, journalistiques, etc. L’observation des pratiques, qu’elles soient individuelles ou collectives, nécessite alors d’adopter une approche de l’action envisagée comme un processus en tension entre les savoirs mobilisables, les compétences immédiates, les habitus, les arts de faire, les désirs d’agir, etc.

## 4 METODOLOGIA

O delineamento da pesquisa é um estudo de caso, de natureza aplicada, quali-quantitativa. Conforme Gil (1991, p.79), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo em profundidade de poucos objetos, de forma a permitir o conhecimento amplo e específico do mesmo; assim reforçando o intuito dos objetivos da pesquisa. O autor acrescenta que “o delineamento se fundamenta na idéia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos, o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa.” Entretanto, considera a dificuldade de generalização dos resultados obtidos, a limitação mais grave do estudo de caso, ao afirmar que:

A impossibilidade de generalização dos resultados obtidos com o estudo de caso constitui séria limitação deste tipo de lineamento. Todavia, o estudo de caso é muito frequente na pesquisa social, devido à sua relativa simplicidade e economia, já que pode ser realizado por único investigador, ou por um grupo pequeno e não requer a aplicação de técnicas de massa para coleta de dados, como ocorre nos levantamentos. A maior utilidade do estudo de caso é verificada nas pesquisas exploratórias. Por sua flexibilidade, é recomendável nas fases de uma investigação sobre temas complexos, para a construção de hipóteses ou reformulação do problema. Também se aplica com pertinência nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal. (GIL, 2002, p. 140).

O presente trabalho responde a um problema de pesquisa apresentado anteriormente, ou seja, qual o comportamento informacional dos magistrados da Justiça Militar do Rio Grande do Sul, para tal iniciativa definiu-se que a pesquisa será um estudo de caso de natureza aplicada e abordagem mista, de forma que para obtenção dos resultados foram aplicados questionários aos magistrados, no total de treze. Abaixo será apresentada a metodologia utilizada no presente trabalho.

### 4.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa é de natureza aplicada, visando atender interesses locais. Para Vianna (2001, p. 119) “uma pesquisa aplicada é efetivada quando necessita utilizar os resultados de seus estudos na solução de problemas, para intervenção em

realidade ou compreensão maior de um ou mais dos seus aspectos.” Nesse sentido, os resultados da pesquisa visam contribuir para a otimização dos serviços oferecidos pela biblioteca.

A abordagem é mista, ou seja, quali-quantitativa tendo em vista a natureza das informações coletadas, de forma a abranger os diferentes aspectos do problema de pesquisa. A parte quantitativa deu-se através do questionário respondido pelos participantes da pesquisa, ou seja, os magistrados atuantes na Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme Cunha:

A pesquisa qualitativa tem como foco as causas das reações dos usuários da informação e a resolução do problema informacional, que consiste na busca de soluções quanto aos problemas relacionados à informação, como por exemplo: o excesso de informação. Ela possui um enfoque mais abrangente do que o método quantitativo. Além disso, a pesquisa qualitativa dá maior atenção aos aspectos subjetivos da experiência e do comportamento humano. (BAPTISTA; CUNHA, 2007).

Como o trabalho buscou determinar as particularidades do comportamento informacional dos usuários pesquisados, optou-se por empregar uma abordagem qualitativa através de uma pergunta aberta no questionário, a qual:

[...] analisará cada situação a partir de dados descritivos, buscando identificar relações, causas, efeitos, consequências, opiniões, significados, categorias e outros aspectos considerados necessários à compreensão da realidade estudada e que, geralmente, envolve múltiplos aspectos. (VIANNA, 2001, p. 122).

Em relação aos objetivos do estudo, a pesquisa é exploratória, pois visa compreender e elucidar o comportamento informacional dos usuários previamente selecionados mediante o questionário aplicado, para Viana (2001, p. 130) possibilita uma explicação maior e um aprofundamento de estudos sobre um determinado assunto ou área, com vistas ao seu entendimento mais qualificado ou à descoberta de novas relações. Nesse sentido, Yin afirma que:

[...] estudo de caso é uma forma de fazer pesquisa social empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especificamente quando os limites entre fenômenos e o contexto não estão claramente definidos [...]. (YIN, 2001, p. 32).

Por meio do estudo de caso, é possível investigar o comportamento e as necessidades informacionais dentro de um contexto, através de dados quali e quantitativos, tendo em vista a demanda dos usuários.

## 4.2 CAMPO DE ESTUDO

O presente estudo foi realizado com os magistrados da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

### 4.2.1 Sujeitos do estudo

A população é de treze magistrados atuantes na Justiça Militar estadual. A opção pelo questionário aplicado aos treze juízes da Justiça Militar deve-se ao fato do pequeno número de magistrados e a possibilidade de propiciar maior credibilidade e fidedignidade ao trabalho. Os magistrados foram convidados a responder o questionário através de contato telefônico, e-mail e pessoalmente pela pesquisadora. Desta população foi possível extrair uma amostra de onze questionários respondidos pelos magistrados.

No artigo 230 do Código de Organização Judiciária Estadual, consta que a Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul possui quatro auditorias, sejam elas de primeira entrância com sede em Passo Fundo (1 magistrado) e Santa Maria (2 magistrados) e duas em Porto Alegre (4 magistrados) que é de segunda entrância. Segundo o artigo 232, o Tribunal de Justiça Militar é composto por sete juízes, quatro militares e três civis, de investidura vitalícia e nomeados pelo Governador do Estado. (RIO GRANDE DO SUL, 1980).

Levou-se em conta a colaboração dos magistrados, foi explicado aos mesmos que o estudo tem como objetivo analisar as necessidades informacionais e servirá como base para futuras aquisições da Unidade de Informação.

Conforme o artigo 125 da Constituição Federal, os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos na Constituição Estadual do Estado do Rio Grande do Sul. O parágrafo 3º prevê que: a lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados

em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

#### 4.3 COLETA DE DADOS

Inicialmente foi realizado contato via telefone e posteriormente presencialmente com os magistrados que atuam em Porto Alegre, aos que atuam no interior do Estado foi realizado contato via telefone com os assessores, explicada a importância da colaboração e enviado o questionário via e-mail, bem como a autorização (ANEXO A), onde constam as informações referentes ao título do trabalho desenvolvido, nome da instituição, dados da pesquisadora e o campo para preenchimento da autorização. A identificação pessoal dos juízes foi mantida em sigilo.

A coleta de dados foi realizada através de um questionário semiestruturado com questões fechadas, de múltipla escolha e uma questão aberta, o mesmo foi aplicado para aos magistrados (APÊNDICE A). Através desta aplicação foi possível investigar e compreender o comportamento e as necessidades informacionais dentro do contexto pré-determinado, para Creswell:

Os passos da coleta de dados incluem o estabelecimento dos limites para o estudo, a coleta de informações por meio de observações e entrevistas não estruturadas ou semiestruturadas, de documentos e materiais visuais, assim como do estabelecimento do protocolo para o registro das informações. (CRESWELL, 2010, p. 212).

A aplicação de um questionário possui pontos negativos e positivos, como positivo temos a facilidade de responder tanto presencialmente quanto à distância, no caso dos magistrados que atuam no interior do RS, a economia de tempo, não necessariamente com a presença da pesquisadora, obtenção de respostas precisas, entre outros. Como pontos negativos o atraso na devolução dos questionários.

Os comentários sobre o papel do pesquisador determinam o palco para a discussão das questões envolvidas na coleta de dados, pois:

Trata-se de um processo permanente envolvendo reflexão contínua sobre os dados, formulando questões analíticas e escrevendo anotações durante todo o estudo. Ou seja, a análise de dados qualitativos é conduzida concomitantemente com a coleta de dados,

a realização de interpretações e a redação de relatórios. Enquanto as entrevistas são realizadas, por exemplo, o pesquisador pode estar analisando uma entrevista coletada anteriormente, escrevendo anotações que podem ser finalmente incluídas como narrativa no relatório final, e organizando a estrutura do relatório final. (CRESWELL, 2010, p. 217).

Os questionários foram aplicados no decorrer de setembro a outubro, onde a graduanda dirigiu-se presencialmente aos juízes para aplicar o questionário. Houve dois casos de juízes em férias, onde foi realizado contato com os assessores dos mesmos, que encaminharam e posteriormente entregaram os questionários.

#### 4.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A aplicação dos questionários deu-se presencialmente e em alguns casos via e-mail, os endereços foram adquiridos através do site do TJM/RS e também foi realizado contato telefônico com os assessores dos magistrados para explicar a necessidade do retorno dos questionários tendo em vista o propósito da pesquisa em analisar o comportamento informacional dos mesmos.

#### 4.5 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O tratamento estatístico foi desenvolvido por procedimentos descritivos (média, medidas de tendência central e dispersão). Os dados coletados foram organizados em uma planilha Excel e apresentados em gráficos para que fosse possível a análise quantitativa. A análise qualitativa foi realizada a partir da resposta da pergunta aberta contida no questionário (APÊNDICE A).

## 5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A seguir serão apresentados os resultados e as análises dos dados coletados. A primeira parte do instrumento de coleta de dados tem como objetivo delinear o perfil dos entrevistados através da faixa etária, se os mesmos possuem curso de pós-graduação ou de aperfeiçoamento profissional. A representação é realizada através de gráficos que facilitam a interpretação.

Posteriormente, da quinta à oitava pergunta tem como propósito delimitar como é realizado o acesso às fontes de informação, onde procuram, quais sites utilizam, se utilizam a BPFBSB e bem como traçar o perfil destes usuários através das suas pesquisas bibliográficas.

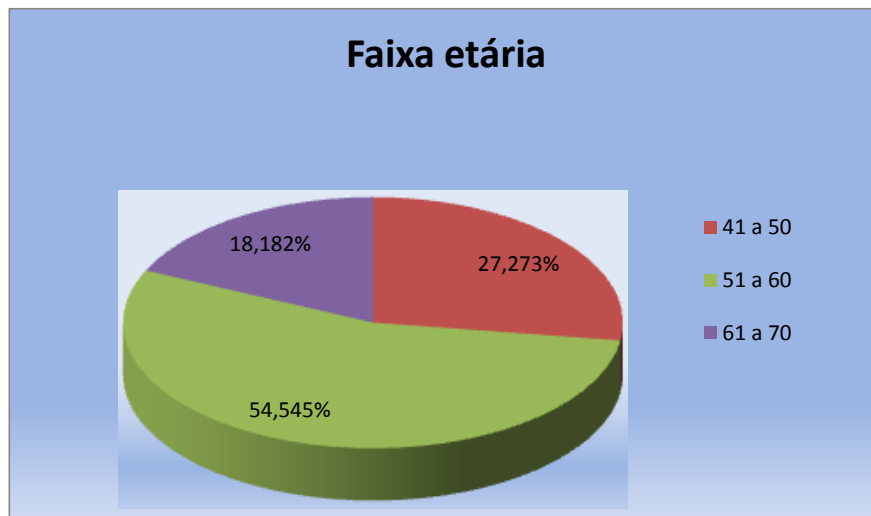
Através da nona até a décima segunda questão o objetivo é analisar o comportamento informacional e as necessidades dos usuários, tais como: se utilizam base de dados, sumários no site, *Pergamum*, entre outros.

A décima terceira questão, aberta, para que os magistrados tecessem considerações acerca dos produtos, serviços e acervo da BPFBSB.

Ao total foram distribuídos treze questionários, pois um magistrado encontra-se licenciado, ou seja, cedido. Deste total, foram respondidos onze questionários, dois magistrados encontravam-se em férias, portanto, não responderam.

O gênero dos magistrados não foi questionado, são oito homens (57%) e seis mulheres (43%), pois as informações constam no site do TJM/RS, ou seja, não houve necessidade de incluir esta pergunta no instrumento de coleta de dados. Sendo que até o presente momento não há representação feminina entre os magistrados militares.

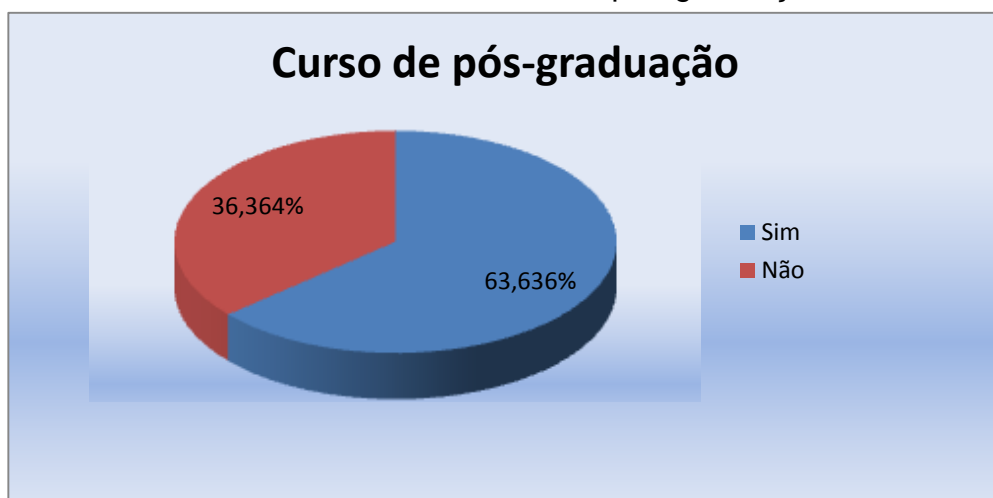
Através da presente questão é possível analisar que a maioria tem entre cinquenta e um a sessenta anos, o que possibilita o exercício da magistratura durante muito tempo. Verifica-se também que não há juízes com menos de quarenta anos, o que é explicitado no gráfico 01:

**Gráfico 1 – Faixa etária dos sujeitos da amostra**

Fonte: CUNHA, 2016.

Na primeira questão do questionário é possível relacionar a idade e o tempo máximo para a aposentadoria de 75 anos, onde ocorre a aposentadoria compulsória, conforme a PEC nº 274/2015, conhecida popularmente como a PEC da Bengala.

Através da segunda questão do questionário é possível verificar que a grande maioria possui curso de pós-graduação, o que auxilia no desempenho profissional e propicia maior conhecimento, teoricamente, sobre como buscar as informações. Em tese a maioria sabe pesquisar, tem um bom nível acadêmico.

**Gráfico 2 – Curso de pós-graduação**

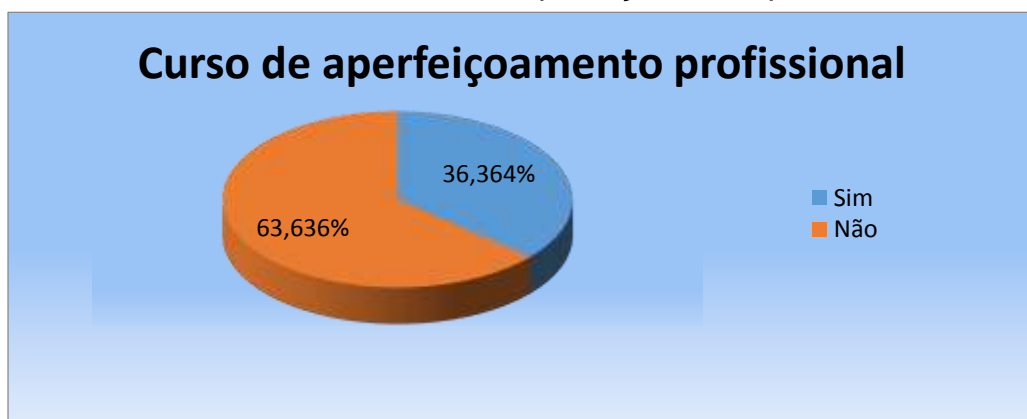
Fonte: CUNHA, 2016.



Sete magistrados possuem pós-graduação e dois são mestres. Os cursos realizados são com enfoque na área jurídica, tais como: Direito Civil, Processo Civil, Criminologia, Direitos do Estado, Direitos Humanos e também Sociologia.

A questão três faz referência ao aperfeiçoamento profissional, através do gráfico é possível observar que a grande maioria não realizou curso de aperfeiçoamento nos últimos doze meses. Dos três magistrados que realizaram, tiveram como enfoque: Novo Código Civil, Gestão Estratégica e um não especificou.

**Gráfico 3 – Curso de aperfeiçoamento profissional**



Fonte: CUNHA, 2016.

Os cursos de aperfeiçoamento profissional geralmente são realizados por aqueles que desejam galgar outros cargos dentro de uma instituição, crescer e desenvolver-se intelectualmente, qualificar seu currículo, ou seja, quando há um desejo intrínseco.

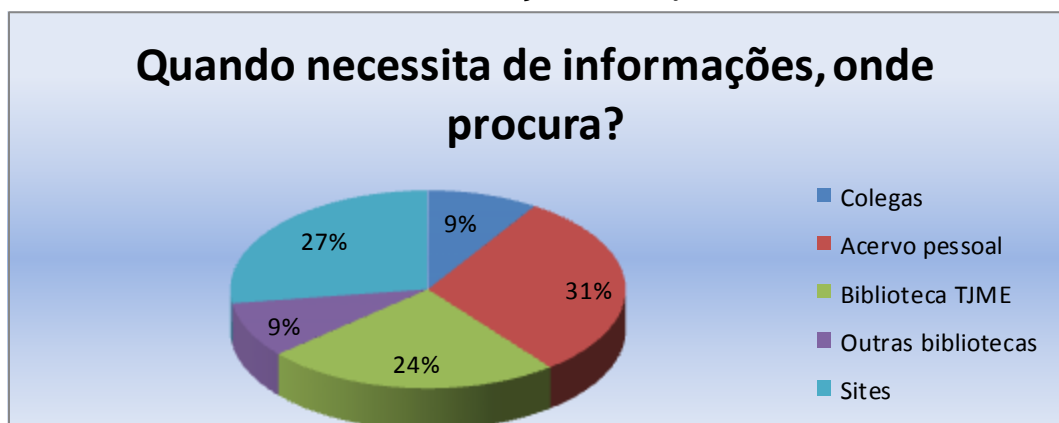
[...] a capacitação do magistrado, além de seu talento, está associada a sua qualificação técnica, perícia científica e formação especializada. Concordam que a carreira do juiz, para se fazer independente de avaliações subjetivas, deve ser institucionalizada pelo poder judiciário, segundo critérios de titulação como ocorre em outras profissões, a partir da criação de cursos orientados para qualificação progressiva dos magistrados. (SALOMÃO, p. 13, 2006).

Através da representação do quarto gráfico é possível conhecer a formação profissional dos respondentes e em que área atuou anterior à magistratura. Temos grande representatividade na carreira de Oficial da BM, pois dentre os magistrados quatro são militares. Em segundo lugar estão ex-funcionários do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

**Gráfico 4 – Área de atuação anterior à magistratura dos respondentes**

Fonte: CUNHA, 2016.

A quinta questão aborda como os magistrados têm acesso às fontes de informação, bem como sobre as fontes e recursos mais utilizados. Primeiramente observamos que a grande maioria (31%), realiza buscas em seu acervo pessoal, em segundo lugar pesquisam em sites e em terceiro procuram auxílio na BPFBSB. Podemos inferir que após esgotarem-se os recursos mais próximos os magistrados procuram auxílio da biblioteca.

**Gráfico 5 – Busca da informação dos sujeitos da amostra**

Fonte: CUNHA, 2016.

Tendo em vista a particularidade das funções desempenhadas pelos magistrados e a disponibilização de um acervo permanente realizado pela BPFBSB

em prol dos gabinetes, os juízes têm acesso às obras diretamente em seus gabinetes, não sendo necessário ir pessoalmente à Biblioteca.

Podemos entender como fontes diversos recursos, como os listados a seguir e observamos que a maioria utiliza como fonte o seu acervo pessoal, posteriormente os sites mais utilizados são do STF, STJ, Jus Navigandi e a utilização de livros ou periódicos especializados na área onde atuam.

**Gráfico 6 – Fontes utilizadas pelos sujeitos da amostra**



Fonte: CUNHA, 2016.

Observa-se que alguns recursos não são utilizados, tais como: LexML, BDJUR, LIS, Bases de Dados, Listas de Discussão e blogs. O portal LExML reúne

vasto acervo jurídico e legislativo, bem como jurisprudencial, propicia também acesso aos livros jurídicos que estão disponíveis na Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI).

A Biblioteca Digital Jurídica (BDJUR) é um repositório do STJ, o mesmo dá acesso a atos administrativos, doutrina e documentos institucionais. Uma hipótese para não acessar bases de dados pode ser o desconhecimento. Temos como hipótese a informalidade, por exemplo, das listas de discussão e blogs.

A presente questão, elaborada no item sétimo, tem como objetivo descobrir a modalidade mais utilizada em relação à informação jurídica, ou seja, a jurisprudência é o assunto mais procurado tanto no site do TJM/RS quanto em outros tribunais.

**Gráfico 7 – Recursos utilizados pelos sujeitos da amostra**



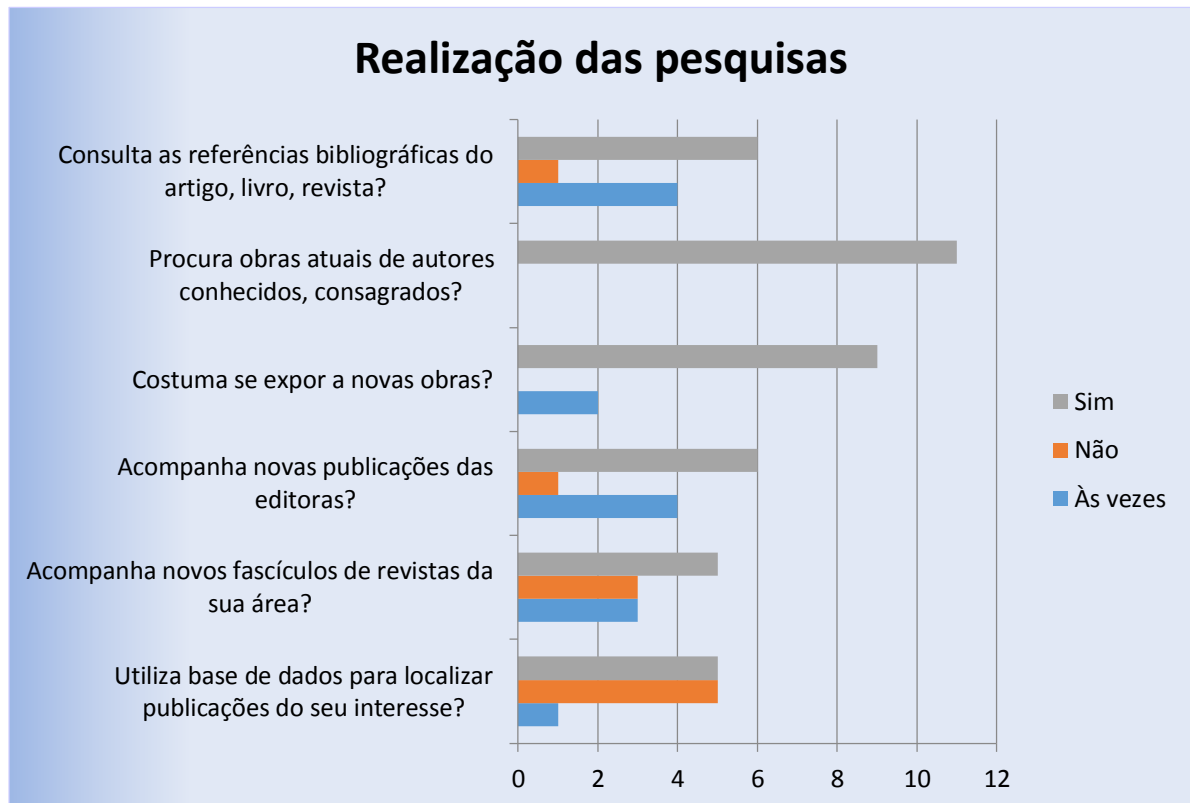
Fonte: CUNHA, 2016.

Os respondentes utilizam majoritariamente a jurisprudência, primeiramente do TJM/RS, seguida da utilização da jurisprudência de outros tribunais. A utilização da Legislação Federal aparece em terceiro lugar e por último os pareceres. Conforme Barros:

Uma pesquisa de informação jurídica pode ser efetuada ou solicitada para atender interesse de diferentes perfis de usuários, já que seu uso pode assumir diversos papéis, conforme os distintos tipos de usuários e seus respectivos estilos individuais de decisão. (BARROS, p. 5, 2014).

No oitavo gráfico buscou-se definir a forma como os magistrados suprem suas necessidades informacionais, o que é explicitada através da realização das pesquisas. Dentre os pesquisados é possível observar que os mesmos geralmente buscam obras de autores renomados, conhecidos. O que facilita a busca, por ser familiar e aumenta a possibilidade de obter êxito em relação ao que procuram.

**Gráfico 8 – Realização das pesquisas pelos sujeitos da amostra**



Fonte: CUNHA, 2016.

O comportamento verificado é também o da possibilidade de estar suscetível a conhecer novos autores e obras, o que foi demonstrado segundo o gráfico acima. Outra questão que os respondentes assinalaram é a questão de acompanhar novos fascículos de revistas e publicações das editoras, o que demonstra a necessidade de atualizar-se na área em que atuam. Uma questão que se demonstrou contraditória foi que no gráfico sete, nenhum entrevistado marcou a utilização de base de dados como meio de obter informações e no gráfico nove aparece que cinco usuários utilizam base de dados para localizar publicações do seu interesse.

Os gráficos apresentados a seguir foram subdivididos a partir da questão nove, se os magistrados utilizam a biblioteca, para os entrevistados que

responderam afirmativamente decorrem as demais questões, ou seja, os que utilizam a biblioteca utilizam-na para qual finalidade e com qual frequência.

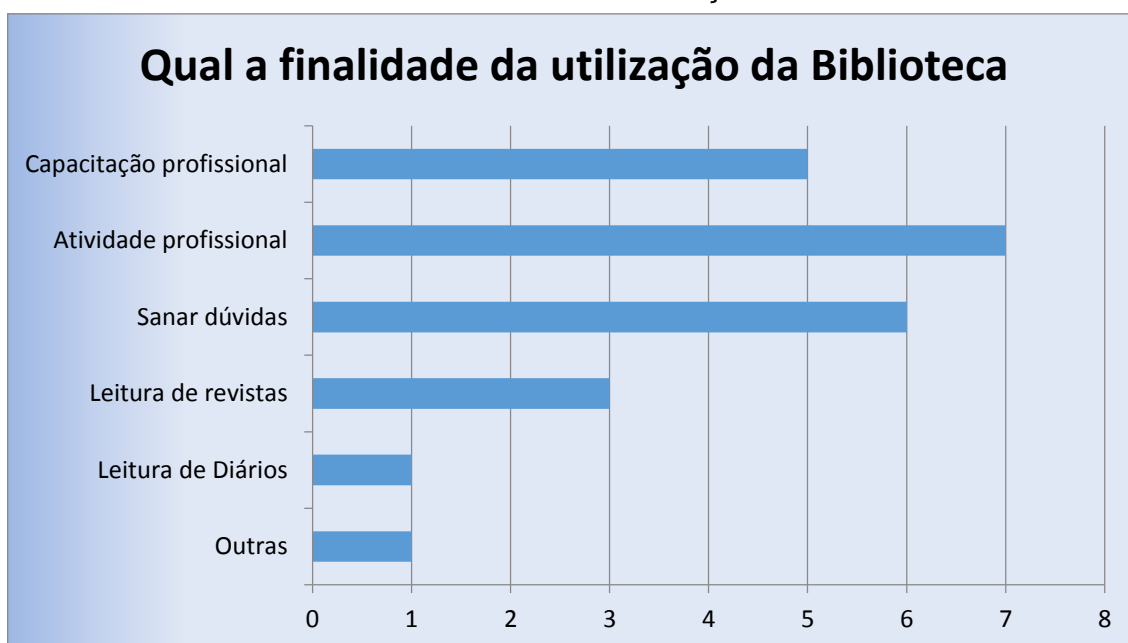
**Gráfico 9 – Utilização da BPFBSB**



Fonte: CUNHA, 2016.

Temos como principal finalidade de uso da BPFBSB o desempenho da atividade profissional, a alternativa sanar dúvidas vem em segundo lugar seguido da opção marcada, de utilização para capacitação profissional.

**Gráfico 10 – Finalidade da utilização da BPFBSB**

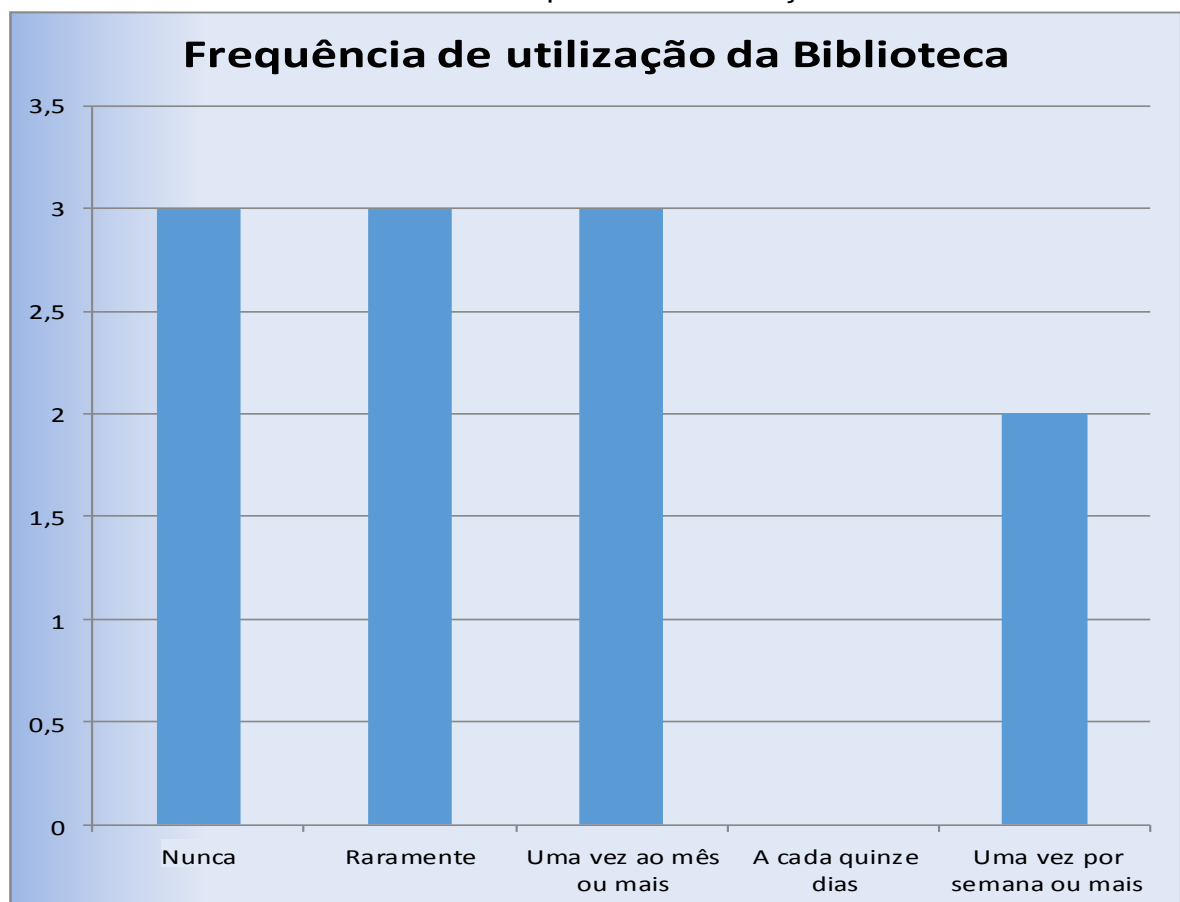


Fonte: CUNHA, 2016.

Sendo que responderam esta questão somente os usuários que marcaram a questão que afirmam utilizar os serviços da BPFBSB. Segundo os dados apresentados temos que 73% dos entrevistados utilizam ou já utilizaram a BPFBSB, levando-se em consideração que dois magistrados atuam no interior do Rio Grande do Sul, é um alto índice.

Esta alternativa foi marcada somente pelos usuários que frequentam a biblioteca fisicamente.

**Gráfico 11 – Frequência de utilização da BPFBSB**



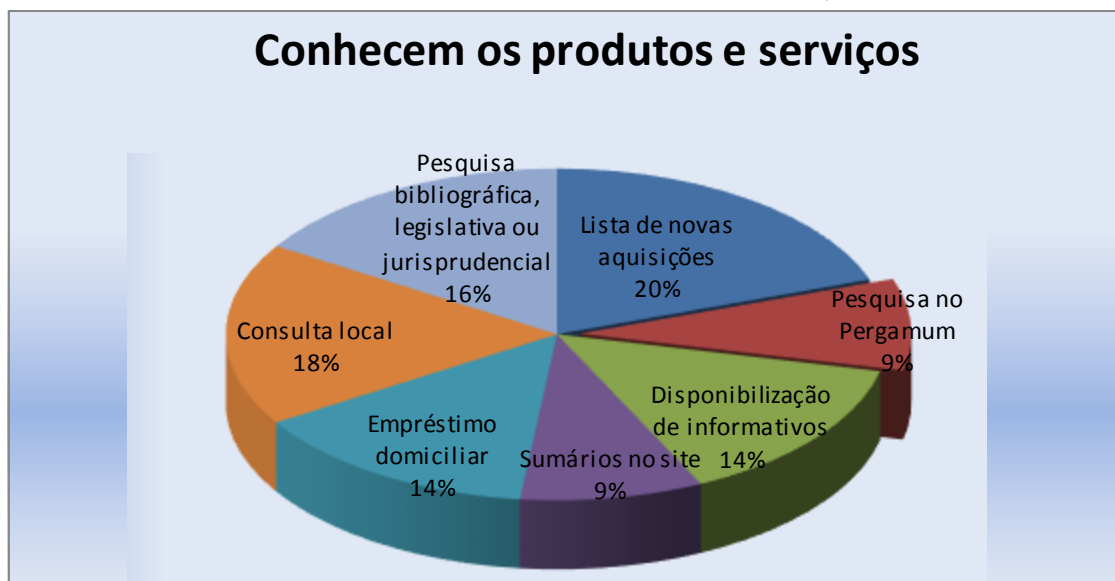
Fonte: CUNHA, 2016.

No décimo primeiro gráfico temos uma ressalva que deve ser feita, em um primeiro momento os entrevistados foram questionados se utilizavam a biblioteca, três responderam de forma negativa. Mas há que se levar em consideração o desempenho dos assessores dos magistrados, que por vezes intermediam a busca de informações dirigindo-se à biblioteca para buscar materiais pessoalmente. O que não ocorre por parte dos juízes com tanta frequência, conforme menciona Passos:

Podemos observar nas bibliotecas especializadas que o atendimento presencial é menor. O juiz gosta de receber o material, que solicita à biblioteca, em sua sala de trabalho. Não é comum ver juízes, ministros, parlamentares e outros operadores do Direito pesquisando ou utilizando o espaço da biblioteca para leitura. Até mesmo porque muitos deles utilizam seus assessores ou estagiários para fazer a busca preliminar. (PASSOS, 2005, p. 2).

Na décima questão do questionário foi solicitado aos entrevistados se conheciam os produtos oferecidos pela BPFBSB, em primeiro lugar, onze usuários (20%) afirmam conhecer a lista de novas aquisições. A mesma é enviada via e-mail para os magistrados, assessores e funcionários da Instituição. Em seguida, com (18%) é conhecido o serviço de consulta local. O material disponibilizado é restrito para que um número maior de usuários possa utilizar. Outro serviço conhecido por grande parte dos entrevistados é o da pesquisa bibliográfica, legislativa e jurisprudencial em terceiro lugar, serviço realizado pela bibliotecária e sua equipe.

**Gráfico 12 – Conhecem os produtos e serviços da BPFBSB**



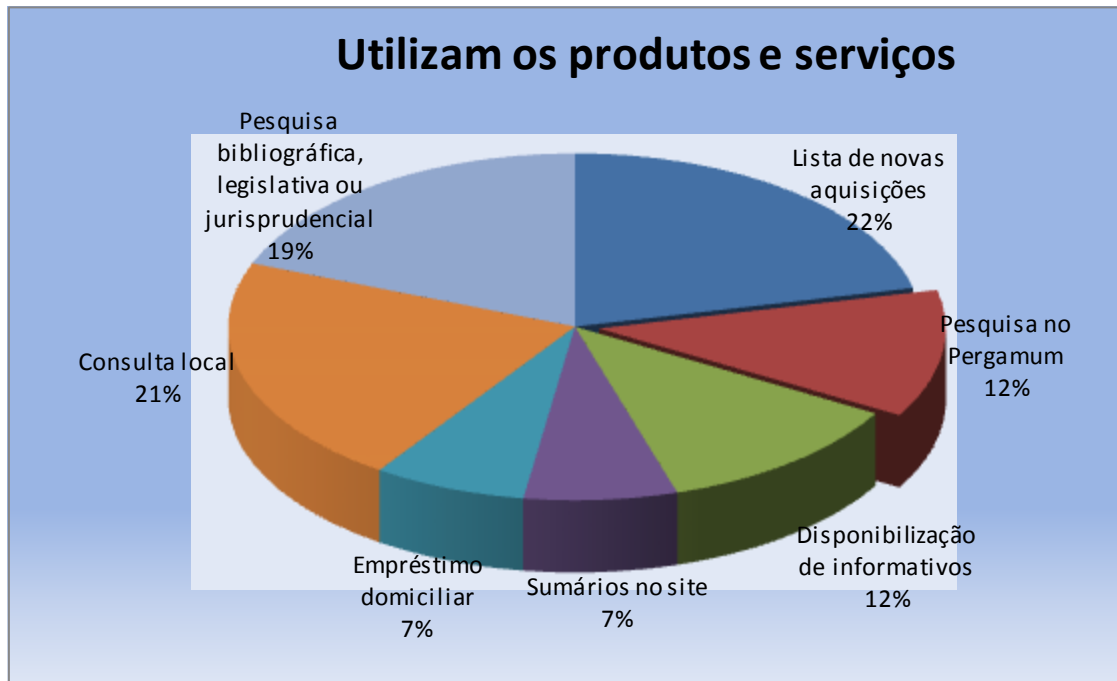
Fonte: CUNHA, 2016.

Na mesma décima questão foi solicitado aos mesmos se utilizam os produtos oferecidos pela BPFBSB e foi demonstrado que (22%) dos usuários utilizam a lista de novas aquisições para manterem-se atualizados quanto ao material adquirido recentemente pela biblioteca, seguido da consulta local, que provavelmente possui como objetivo sanar dúvidas pontuais. Em terceiro lugar com (19%), utiliza-se o



serviço de pesquisa bibliográfica, legislativa e jurisprudencial, o serviço prestado auxilia os magistrados na decisão dos votos, conforme demonstra o gráfico:

**Gráfico 13 – Utilizam os produtos e serviços da BPFBSB**



Fonte: CUNHA, 2016.

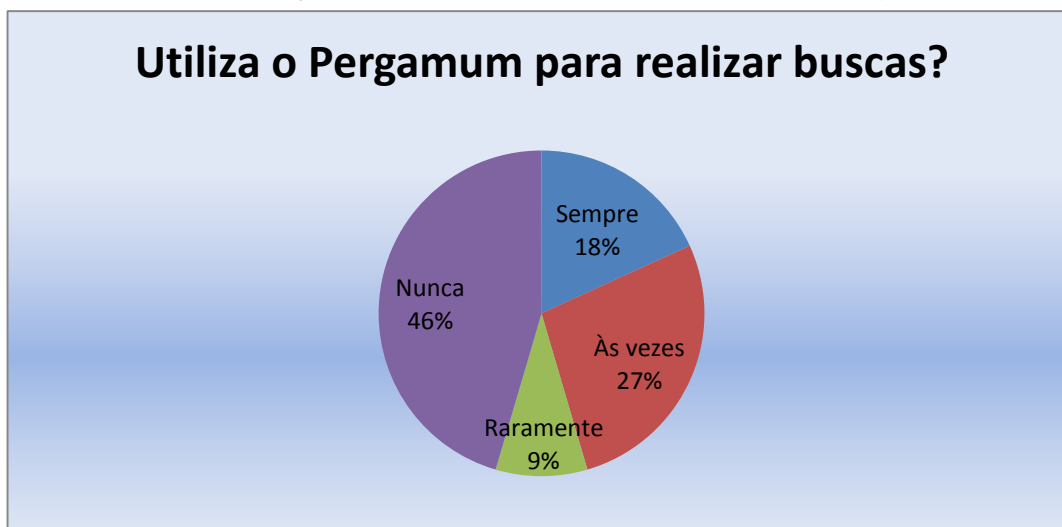
Observa-se que o empréstimo domiciliar é pouco utilizado bem como os sumários no site do TJM/RS. O baixo índice de utilização do mesmo advém da questão que os usuários utilizam primeiramente, o acervo permanente, disponibilizado nos gabinetes, as obras são pré-selecionadas para atender a demanda informacional dos magistrados.

O décimo quarto gráfico demonstra o comportamento do usuário na busca pela informação, bem como a autonomia destes, onde pode ser verificado através da décima primeira questão do questionário, na maioria das vezes solicitam auxílio para a equipe, o que facilita a busca, economiza tempo e propicia um resultado objetivo e eficiente.

**Gráfico 14 – Solicita auxílio para buscar informação**

Fonte: CUNHA, 2016.

Através da questão doze, explicitado no gráfico quinze, depreende-se a importância do profissional atento e disponível para auxiliar e suprir as necessidades informacionais dos seus usuários. Observa-se que quatro usuários solicitam auxílio sempre, dois solicitam às vezes, três raramente, um declarou que nunca pediu auxílio, porém segundo a Bibliotecária os usuários solicitam auxílio ao menos uma vez.

**Gráfico 15 – Utilização do Pergamum para acessar o catálogo da BPFBSB**

Fonte: CUNHA, 2016.

As respostas obtidas revelaram alto índice dos usuários que nunca utilizaram o *Pergamum*, pode ser por falta de divulgação, dificuldade de utilização ou desconhecimento da ferramenta, sendo, que o catálogo está disponível no site da instituição.

A última questão do questionário é aberta e possui como título: “Vossa Senhoria gostaria de fazer alguma consideração ou sugestão para melhoria do acervo ou dos produtos e serviços”? Dois magistrados responderam conforme as transcrições:

Usuário 01 - A biblioteca do TJM é especializada e, rotineiramente são adquiridos novos livros de modo a mantê-la atualizada, especialmente considerando a qualificação dos votos.

Usuário 02 - Entendo que a Biblioteca Fernando da Silva Bastos da Silva, desta Justiça Militar está constantemente em atualização e cumpre um papel efetivo com seu acervo, na construção de uma Justiça Militar séria, justa, transparente e com celeridade. Pois é na biblioteca que os operadores do direito buscam a doutrina e a jurisprudência desta justiça especializada para decidir a luz da lei.

Considerando o importante papel que a Biblioteca desempenha, os usuários corroboram o pressuposto que a mesma esteja sempre atualizada.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho verificou a importância histórica da BPFBSB para o TJM/RS, a mesma desempenha ao longo dos anos projetos importantes para a memória institucional da BM e da Justiça Militar. Bibliotecas jurídicas militares são exceções no universo das Ciências Jurídicas e Sociais, tendo papel relevante na formação dos advogados que pretendem exercer seu ofício nesta área, tendo em vista o regramento próprio e as particularidades previstas para os militares.

As fontes de informação da BPFBSB são compostas por livros, periódicos, cds-rom, diários oficiais, obras raras, obras de referência e coletâneas de legislação. Bem como doutrina em diversas línguas, o acervo é majoritariamente destinado às obras de cunho jurídico militar.

Inicialmente foi realizada uma análise em relação ao gênero, faixa etária, grau de instrução, se possui pós-graduação ou realiza capacitação profissional, para que através destes dados fosse possível verificar o comportamento informacional e que a pesquisa fosse esclarecedora também neste sentido de ilustrar a amostra de estudo.

Constatou-se que os magistrados da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, demonstraram que grande parte de suas pesquisas pessoais e profissionais são realizadas através do seu acervo pessoal, posteriormente a utilização de sites e em terceiro lugar a consulta em periódicos especializados na área jurídica em que atuam, no caso militar. A finalidade das pesquisas é preponderantemente para o desempenho da atividade profissional, após, sanar dúvidas e por último a capacitação profissional. Ou seja, a BPFBSB possui papel importante para o auxílio aos recursos utilizados pelos magistrados.

A BPFBSB atende a demanda dos magistrados parcialmente, tendo em vista os usuários mais assíduos que também teceram elogios ao papel desempenhado pela Bibliotecária-Chefe, bem como da sua equipe.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. In: **Ciência da Informação**, Distrito Federal, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009.

AXT, Gunter. Quando a farda e a toga se encontram. In: **RIO GRANDE DO SUL. Justiça Militar do estado: histórico e depoimentos**. Porto Alegre: Nova Prova, 2006. p.13-33. (Série Depoimentos, v. 2).

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos da. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 168-184, maio/ago. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362007000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000200011)>. Acesso em: 22 jul. 2016.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. O uso de elementos na pesquisa de informação jurisprudencial. In: **Cadernos de Informação Jurídica**. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/2/12>>. Acesso em: 10 set. 2016.

BATISTA, Tamara Couto; AVELAR, Hugo. A informação jurídica e seus desdobramentos: a experiência de implantação de uma biblioteca especializada em um escritório de advocacia. In: Encontro regional dos estudantes de biblioteconomia, documentação, ciência da informação e gestão da informação, 14 p., 2012, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/5449380-A-informacao-juridica-e-seus-desdobramentos-a-experiencia-de-implantacao-de-uma-biblioteca-especializada-em-um-escritorio-de-advocacia.html>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARRIZO SAINERO, Gloria. Las fuentes de la información. In: CARRIZO SAINERO, Gloria; SÁNCHEZ, Pillar Irureta-Goyena; SÁENZ, Eugenio López de Quintana. **Manual de fuentes de información**. Madrid: Confederación Española de Gremios y Asociaciones de Libreros, 1994. cap. 1. p. 17-44.

\_\_\_\_\_. **Hacia um conceito de Bibliometría**. Madrid: Confederación Española de Gremios y Asociaciones de Libreros, 1994.

CHAUDIRON, Stéphane; IHADJADENE, Madjid. De la recherché de l'information aux pratiques informationnelles. In: **Revue Études de communication**, Villeneuve-d'Ascq, n. 35, 2010, p. 3. Disponível em: <<http://edc.revues.org/2257>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

COSTA, Julio Ridieri. **O perfil do bibliotecário que atua nas bibliotecas dos Tribunais de Justiça do Brasil**. UFRGS: Porto Alegre, 2010. 95 p.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 212.

CUNHA, Murilo Bastos da; AMARAL, Sueli Angelica do; DANTAS, Edmundo Brandão. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2016.

FERREIRA, Patrícia Helena do Egypto Lucena; MELO, Denise Gomes Pereira de. Biblioteca da Procuradoria da República no Estado da Paraíba: um espaço aglutinador de informação jurídica. Paraíba: **Biblionline**, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/viewFile/596/434>>. Acesso em: 05 maio. 2016.

FRAZÃO, Silvane de Oliveira. **Avaliação de estudos sobre informação jurídica nos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação no período de 2000 a 2007**. 2008. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia). Centro Universitário de Formiga – UNIFOR - MG, Formiga, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.uniformg.edu.br:21015/jspui/bitstream/123456789/204/1/Biblioteca%20especializada%20jur%C3%ADica.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; COSTA, Sely Maria de Souza. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Distrito Federal, v. 39, n. 1, p. 21-32, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n1/v39n1a02>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GROGAN Denis Joseph. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001. 196 p.

GUINCHAT, C.; MENO, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1007>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1998.

LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti. **A política de indexação para representação e recuperação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Oficina Universitária, 2012. 260 p.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha Silvia; ODONNE, Nanci Elizabeth. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, Brasília. v. 36, n.2, p. 118-127, 2007.

MATTA, Rodrigo Octávio Beton. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação. Rio de Janeiro, out. 2010.

MILANESI, LUÍS. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. 115 p.

MIRANDA, Silvânia. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a10.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

NASCIMENTO, Maria de Jesus; WESCHENFELDER, Sara. Necessidades de informação dos vereadores de Florianópolis: **um estudo de caso**. Florianópolis: UDESC-CNOq/PIBIC. 2002, 24 p. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/161/155>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

NUNES, Vivian Carla. Um homem, um mestre. **REVISTA JUSTIÇA MILITAR [E] MEMÓRIA**: Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Calábria, 2008, v.3, n.4/5, jan. 2010.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Briquet de Lemos: Livros. Brasília. 2009.

PASSOS, Edilenice. **O controle da informação jurídica no Brasil**: a contribuição do Senado Federal. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994.

\_\_\_\_\_. O futuro da Biblioteca Jurídica. Brasília: **Infolegis**, 2005. Disponível em: <[www.infolegis.com.br/wa\\_files/futuro-biblioteca-juridica.pdf](http://www.infolegis.com.br/wa_files/futuro-biblioteca-juridica.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2016.

REVISTA JUSTIÇA MILITAR [E] MEMÓRIA: **Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Calábria, 2008, v.3, n.4/5, jan. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Justiça Militar do estado**: histórico e depoimentos. Porto Alegre: Nova Prova, 2003. (Série Depoimentos, v.1).

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.356, de 01 de fevereiro de 1980. **Dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado**. Porto Alegre, RS, Disponível em: <[http://www3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=26547&hTexto;=&Hid\\_IDNorma=26547](http://www3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=26547&hTexto;=&Hid_IDNorma=26547)>. Acesso em: 02 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul. **Organograma**. Disponível em: <<http://www.tjmrs.jus.br/?secao=organograma>>. Acesso em: 05 maio 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Relatório NGE/2014**: análise do desempenho estratégico. Disponível em: <[http://www.tjmrs.jus.br/public/conteudo/conheca/relatorios/rel\\_nge2.pdf](http://www.tjmrs.jus.br/public/conteudo/conheca/relatorios/rel_nge2.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução nº. 58, de 10 de novembro de 2008: **Dispõe sobre o funcionamento da Biblioteca do Tribunal de Justiça Militar**. Disponível em: <[www.tjmrs.jus.br/public/conteudo/resolucoes/res58\\_2008.pdf](http://www.tjmrs.jus.br/public/conteudo/resolucoes/res58_2008.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2016.

SALOMÃO, Luis Felipe. A formação do juiz e as escolas de magistratura no Brasil. In: **Revista da Escola Nacional da Magistratura**. [S. l.], ano 1, n. 2, Out. 2006. 164 p. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/portal/docs/versaofinal.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.



SANZ CASADO, Elias. **Manual de estudios de usuarios**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1994.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução, relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SECO, Layara Feifer Calixto; SANTOS, Zineide Pereira dos; BARTALO, Linete. Comportamento informacional e compartilhamento da informação no *Instagram*. In: **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 46-60, dez./mar. 2016.

SILVA, Andreia Gonçalves; ROLIM, Maria Lúcia. **CRB-8 Digital: Organização das fontes de informação jurídica na perspectiva do GIDJ/SP**. São Paulo, v. 2, n. 2, p. 29, set. 2009.

SILVA, Dalcira Vieira. **Informação especializada**: um estudo acerca da cadeia produtiva gaúcha do calçado social feminino de couro. 2010. 158 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27827/000766875.pdf?...1>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

VALENTIM, Marta Lúgia Pomin. **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VARELA, Aida; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Trajetórias cognitivas subjacentes ao processo de busca e uso da informação: fundamentos e transversalidades. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, p. 142-168, ago. 2012. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp1p142>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB: 1989. 96 p.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.P.U., 2001. 119 p.

VILLASEÑOR RODRIGUEZ, Isabel. Los instrumentos para la recuperación de la información: las fuentes. In: TORRES RAMÍREZ, Isabel de (Ed.). **Las fuentes de información**: estudios teórico-prácticos. Madrid: Síntesis, 1998. cap. 2. p. 29-42.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WILSON, T. D. **Human Information Behavior**. *Information Science Research*, v. 3, n. 2, p. 49-55, 2000. Disponível em: <<http://inform.nu/Articles/Vol3/v3n2p49-56.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

## ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

### AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)).....

....., abaixo assinado(a), autorizo (nome do(a) estudante)....., estudante de (nome do curso)....., da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título .....

..... e está sendo orientado por/pela Prof.(a.) Dr.(a.)..... ..

Porto Alegre, ..... de ..... de 20\_\_\_\_ .

---

Assinatura do entrevistado

## APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

### PERFIL DOS MAGISTRADOS

01) Faixa etária:

- de 31 a 40 anos.
- de 41 a 50 anos.
- de 51 a 60 anos.
- de 61 a 70 anos.

### FORMAÇÃO

02) Vossa Senhoria possui pós-graduação? Qual?

- Sim, pós-graduação lato sensu. Área \_\_\_\_\_.
- Sim, Mestrado. Área \_\_\_\_\_.
- Sim, Doutorado. Área \_\_\_\_\_.
- Não.

03) Vossa Senhoria participou de algum curso de aperfeiçoamento profissional nos últimos 12 meses?

- Sim.
- Não.

Qual? \_\_\_\_\_.

04) Em que área Vossa Senhoria atuou antes?

\_\_\_\_\_.

### ACESSO ÀS FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA

05) Quando Vossa Senhoria necessita de informações para o desempenho das suas funções, onde procura?

- Colegas.
- Acervo pessoal.

- Biblioteca TJME.
- Outra(s) biblioteca(s).
- Sites.
- Outra(s) fonte(s), qual (is)? \_\_\_\_\_.

06) Quais as fontes de informação são utilizadas para o desempenho das suas funções:

- Colegas de profissão.
- Acervo particular.
- Artigos.
- Livros e/ou periódicos especializados.
- Revistas eletrônicas.
- Revistas impressas.
- Site da Presidência da República.
- Site do Superior Tribunal Federal.
- Site do Superior Tribunal de Justiça.
- Site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.
- Site da Biblioteca do Senado.
- Interlegis.
- LexML.
- Jus Navigandi.
- BDJUR.
- LIS.
- Buscalegis.
- Base de dados.
- Sites de busca (Google, Yahoo, Bing).
- Palestras.
- Cursos e eventos.
- Cursos EAD Senasp.
- Listas de discussão.
- Diário Oficial do Estado.
- Diário Oficial da União.
- Blogs.
- Outro (s). Qual (is)? \_\_\_\_\_.

07) Quais os recursos mais utilizados?

- ( ) Jurisprudência do TJMRS.  
 ( ) Jurisprudência de outros Tribunais, quais? \_\_\_\_\_.  
 ( ) Legislação Federal.  
 ( ) Pareceres.  
 ( ) Legislação de outras instituições.

08) Como Vossa Senhoria realiza as pesquisas bibliográficas, para suprir suas necessidades informacionais?

Perfil do usuário	Sim	Não	Às vezes
Você consulta as referências bibliográficas do artigo, livro, revista?			
Você procura obras atuais de autores conhecidos, consagrados?			
Você costuma se expor a novas obras?			
Você acompanha novas publicações das editoras?			
Você acompanha novos fascículos de revistas da sua área?			
Você utiliza base de dados para localizar publicações do seu interesse?			

### UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA

09) Vossa Senhoria utiliza a Biblioteca do TJM?

- ( ) Sim. ( ) Não.

Se positivo, com qual finalidade?

- ( ) Capacitação profissional.  
 ( ) Atividade profissional.  
 ( ) Sanar dúvidas.  
 ( ) Leitura de revistas.  
 ( ) Leitura de Diários.  
 ( ) Outras.

Quais? \_\_\_\_\_.

Se positivo, com qual frequência?

- ( ) Uma vez por semana ou mais.
- ( ) A cada quinze dias.
- ( ) Uma vez ao mês ou mais.
- ( ) Raramente.
- ( ) Nunca.

10) Como Vossa Senhoria explora os produtos e serviços disponibilizados pela Biblioteca Professor Fernando da Silva Bastos:

Produtos e serviços	Conhece?		Utiliza?	
	Sim	Não	Sim	Não
Lista de novas aquisições				
Pesquisa no <i>Pergamum</i>				
Disponibilização de informativos no site do TJM/RS				
Sumários no site				
Empréstimo domiciliar				
Consulta local				
Pesquisa bibliográfica, legislativa ou jurisprudencial				

11) Vossa Senhoria solicita auxílio da equipe da biblioteca para buscar informação?

- ( ) Sempre.
- ( ) Às vezes.
- ( ) Raramente.
- ( ) Nunca.

12) Vossa Senhoria utiliza o Catálogo eletrônico da Biblioteca (*Pergamum*) para realizar buscas sozinho (a)?

- Sempre.
- Às vezes.
- Raramente.
- Nunca.

13) Vossa Senhoria gostaria de fazer alguma consideração ou sugestão para melhoria do acervo ou dos produtos e serviços?

---

---